



Número: **0000585-79.2019.8.17.3480**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara da Comarca de Timbaúba**

Última distribuição : **25/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
FABIANA DOS SANTOS (AUTOR)	EDUARDO HENRIQUE GOMES FERREIRA LIMA (ADVOGADO(A))
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)	ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO(A)) RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO(A))

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
48300 486	25/07/2019 12:02	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
48300 517	25/07/2019 12:02	<a href="#">INICIAL</a>	Outros (Documento)
48300 516	25/07/2019 12:02	<a href="#">IDENTIDADE E CPF</a>	Outros (Documento)
48300 515	25/07/2019 12:02	<a href="#">RESIDENCIA</a>	Outros (Documento)
48300 514	25/07/2019 12:02	<a href="#">PROCURAÇÃO</a>	Outros (Documento)
48300 512	25/07/2019 12:02	<a href="#">FICHA DE ATENDIMENTO (1)</a>	Outros (Documento)
48300 511	25/07/2019 12:02	<a href="#">FICHA DE ATENDIMENTO (2)</a>	Outros (Documento)
48300 509	25/07/2019 12:02	<a href="#">DOC MEDICO (1)</a>	Outros (Documento)
48300 508	25/07/2019 12:02	<a href="#">DOC MEDICO (2)</a>	Outros (Documento)
48300 507	25/07/2019 12:02	<a href="#">DOC MEDICO (3)</a>	Outros (Documento)
48300 506	25/07/2019 12:02	<a href="#">DOC MEDICO (4)</a>	Outros (Documento)
48300 505	25/07/2019 12:02	<a href="#">DOC MEDICO (5)</a>	Outros (Documento)
48300 504	25/07/2019 12:02	<a href="#">DOC MEDICO (6)</a>	Outros (Documento)
48300 503	25/07/2019 12:02	<a href="#">DOC MEDICO (7)</a>	Outros (Documento)
48300 502	25/07/2019 12:02	<a href="#">DOC MEDICO</a>	Outros (Documento)
48300 501	25/07/2019 12:02	<a href="#">BOLETIM DE OCORRENCIA (1)</a>	Outros (Documento)
48300 500	25/07/2019 12:02	<a href="#">BOLETIM DE OCORRENCIA (2)</a>	Outros (Documento)
48300 499	25/07/2019 12:02	<a href="#">Seguro Dpvt</a>	Outros (Documento)

48349 074	30/07/2019 09:40	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
48563 706	31/07/2019 13:56	<a href="#">Citação</a>	Citação
50282 919	04/09/2019 10:40	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
50284 237	04/09/2019 10:40	<a href="#">2638210_CONTESTACAO_01.PDF</a>	Petição em PDF
50284 239	04/09/2019 10:40	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER 1</a>	Outros (Documento)
50284 241	04/09/2019 10:40	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER 2</a>	Outros (Documento)
50637 736	11/09/2019 11:15	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
50637 748	11/09/2019 11:15	<a href="#">AR proc 551-07.19; 513-92.19; 522-54.2019; 517-32.19; 525-09.19; 529-46.19; 532-98.19; 536-53.19; 53</a>	Aviso de recebimento (AR)
51765 320	02/10/2019 15:12	<a href="#">Habilitação</a>	Petição (3º Interessado)
52302 286	14/10/2019 09:53	<a href="#">Petição</a>	Petição
60058 296	31/03/2020 15:48	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
60326 856	06/04/2020 14:06	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
68818 257	30/09/2020 14:29	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
69276 518	08/10/2020 18:26	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
79677 001	30/04/2021 13:57	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
80718 527	17/05/2021 23:57	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
86505 106	21/08/2021 08:22	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
88869 436	21/09/2021 11:13	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
92778 428	11/11/2021 23:50	<a href="#">Certidão juntada de laudo médico</a>	Certidão
92778 430	11/11/2021 23:50	<a href="#">LAUDO 585-79.2019</a>	Laudo
92838 462	12/11/2021 14:20	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
92860 007	12/11/2021 17:10	<a href="#">Petição</a>	Petição
93581 388	23/11/2021 17:46	<a href="#">Petição</a>	Petição
93581 389	23/11/2021 17:46	<a href="#">2638210_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01</a>	Petição em PDF
94240 457	01/12/2021 14:41	<a href="#">Petição</a>	Petição
94240 459	01/12/2021 14:41	<a href="#">2638210_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01</a>	Petição em PDF
94240 460	01/12/2021 14:41	<a href="#">2638210_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02</a>	Outros (Documento)
94240 461	01/12/2021 14:41	<a href="#">2638210_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_03</a>	Outros (Documento)
97383 611	24/01/2022 19:51	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
98397 793	07/02/2022 22:20	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
10118 0444	16/03/2022 12:21	<a href="#">Certidão Trânsito em Julgado</a>	Certidão Trânsito em Julgado
10118 2369	16/03/2022 13:32	<a href="#">Alvará</a>	Alvará
10140 9465	18/03/2022 13:43	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
10140 9467	18/03/2022 13:43	<a href="#">Zimbra</a>	Outros (Documento)

10140 9472	18/03/2022 13:46	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
10140 9473	18/03/2022 13:46	<a href="#">fichaCompensacao (9)</a>	Outros (Documento)
10141 1588	18/03/2022 13:50	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
10201 7437	28/03/2022 16:30	<a href="#">Petição</a>	Petição
10201 7443	28/03/2022 16:30	<a href="#">2638210_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACA O_01</a>	Petição em PDF
10201 7441	28/03/2022 16:30	<a href="#">ANEXO 1</a>	Outros (Documento)
10201 7442	28/03/2022 16:30	<a href="#">ANEXO 2</a>	Outros (Documento)
10203 7131	28/03/2022 20:02	<a href="#">Certidão juntada email + comprovante da CEF</a>	Certidão
10203 7737	28/03/2022 20:02	<a href="#">Oficio.email da CEF proc. 585-79.2019</a>	Documento de Comprovação
10203 7739	28/03/2022 20:02	<a href="#">Comprovante CEF proc. 585-79.2019</a>	Documento de Comprovação
10281 9544	07/04/2022 10:32	<a href="#">Petição</a>	Petição
10303 4971	12/04/2022 06:23	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
10331 9960	20/04/2022 13:07	<a href="#">Alvará</a>	Alvará
10331 9961	20/04/2022 13:07	<a href="#">Alvará advogado 585-79.2019</a>	Alvará

Segue anexo





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE TIMBAÚBA-PE.**

**FABIANA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, do lar, inscrita no CPF sob o nº 082.762.614-26, com endereço na Rua Bernadino de Souza Monteiro, nº 33, Cruzeiro, da cidade de Timbaúba-PE CEP: 55875-000, através de seu advogado infra-assinado, constituído, nos termos do instrumento de procuração em anexo (Doc. 01), com endereço profissional na Rua Walfrêdo Ferreira Lima, nº 10, Centro, Timbaúba-PE, CEP 55870-000, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, oferecer a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, sob o CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, com escritório na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar - Rio de Janeiro - RJ, CEP. 20031-205; pelas razões de fato e de direito que se seguem:

**1. PRELIMINARMENTE**

**DO NÃO INTERESSE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO.  
ART. 319. VII CPC. – PEDIDO DE NOMEAÇÃO DE PERITO – CONVÊNIO  
05/2015 TJPE.**

Vem a parte autora informar que **não possui interesse no aprazamento de audiência de conciliação**, visto que, conforme já é conhecido pelo judiciário pátrio, ações que versam sobre o recebimento do **SEGURO DPVAT**, não são resolvidas pela via conciliatória, sem que antes, seja **NOMEADO PERITO JUDICIAL PARA GRADUAÇÃO DA DEBILIDADE**



**PERMANENTE DA PARTE AUTORA**, só assim, sendo passível de composição amigável.

Diante do exposto, visando maior celeridade processual, pugna pela **CITAÇÃO DAS SEGURADORAS RÉS PARA APRESENTAR CONTESTAÇÃO**, e, por conseguinte, a **NOMEAÇÃO DE PERITO JUDICIAL, visto que EXISTE CONVÊNIO FIRMADO JUNTO AS SEGURADORAS, disposto no ato da presidência 05/2015, onde consta o valor previamente estabelecido de R\$ 200,00 para cada perícia realizada.**

#### **1.1 DA ASSISTÊNCIA GRATUITA**

Requer a concessão do benefício da Justiça Gratuita à autora, visto que não possui meios para arcar com as custas deste processo, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, conforme comprova através de documento em anexo. Fundamenta seu pedido nos arts. 4º e seguintes da lei nº 1.060/50, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e art. 5º, LXXIV da CF.

#### **2. DA SINOPSE FÁTICA**

**SINISTRO: 3190365783, Nenhuma quantia recebida administrativamente: PROCESSEO NEGADO.**

A vítima informa que no dia 27/01/2019, sofreu acidente de trânsito. machucada, a requerente foi socorrida até o hospital local, onde, de pronto foi diagnosticada com **TRAUMA EM JOELHO** o que torna, até o presente momento, inviável a mobilidade de todo o membro, sentindo dor e inchaço, estando impossibilitado para realizar suas atividades diárias e laborais.

#### **3. DO MÉRITO**

Inicialmente, cumpre esclarecer que a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT (CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-



04) foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT”.

Ademais, tem-se que a Seguradora **LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT** detém autorização da SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:

“CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo.”

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da SUBSTITUIÇÃO ora pleiteada, senão vejamos:

“§ 8º. OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES serão realizados pelos consórcios, REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES.”

Desta forma, é de fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

O seguro DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre) é o único seguro no Brasil que concede cobertura a toda a população, inclusive a visitantes estrangeiros, que no território nacional



tenham sido vítimas de acidentes de trânsito, sejam tais acidentes causados por motoristas, pedestres, cargas ou pessoas transportadas, sendo irrelevante, portanto, a verificação de culpabilidade da vítima, bastando que o acidente esteja envolvido um veículo automotor terrestre.

A lei nº 6.194/74 dispõe sobre o Seguro Obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, normatizando, desta feita, o DPVAT.

O Art. 8º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da lei nº 6.194/74, no que tange aos valores das indenizações como se vê:

Art.3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

[...]

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Destarte, resta claro e provado que não foi paga a quantia a que se tinha direito, visto que a invalidez foi atestada, devendo ser pago o valor respectivo, determinado por lei.

**“Infringem o princípio da razoabilidade visto que aumenta o custo do seguro e diminui a cobertura às vítimas, e infringem a dignidade humana visto que estipulam preço à saúde ou à parte do corpo humano, que não tem preço”.**

Partindo do pressuposto de que o DPVAT não foi criado para garantir uma forma de renda às Seguradoras Conveniadas, considerando-se a disparidade entre os valores arrecadados e os efetivamente pagos, é forçosa a conclusão de que o intuito do legislador (amparar as vítimas de acidentes de trânsito causados por veículos automotores e/ou por suas cargas, em todo o território nacional, independentemente de quem seja a culpa desses acidentes)



está sendo ignorado, razão pela qual se tornou necessária a propositura de Ações Judiciais.

O DPVAT tem natureza obrigatória, social e alimentar, cujo segurado é indeterminado, pode ser qualquer pessoa que, no território nacional, tenha sido vítima de um acidente envolvendo veículo automotivo ou sua carga.

#### **4. DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DA MORA DECORRENTE DO VALOR SONEGADO**

O valor devido deverá ser atualizado pela correção monetária a partir da data do efetivo prejuízo, de acordo com a Súmula 43 do STJ - "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo", incluindo os juros moratórios, mesmo se omissa o pedido ou a condenação, inteligência da Súmula 254 do STF.

Trás o Código Civil/2002, em seu art. 406, "Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

Devendo-se, no caso em apreço, aplicar o índice da Tabela do ENCOGE, acrescidos de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a rigor do enunciado 20 do CEJ/CJF 09/02 :

Art. 406 : "A taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 é a do art.406 é a do art. 161,§ 1º, do Código Tributário Nacional, ou seja, 1% (um por cento) ao mês."

Por fim, trás a nossa jurisprudência pátria:

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez**



permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. **Dado parcial provimento aos recursos.** (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO.** 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. **A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação.**



**4.Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos.** (Apelação Cível N° 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Baseado nos fundamentos acima narrados requer-se, desde logo sejam aplicados os juros e correções a que faz jus a autora.

## **5. DOS PEDIDOS**

Diante do exposto requer a Vossa Excelência:

**a) Seja procedente a preliminar arguida de JUSTIÇA GRATUITA,** considerando que o autor não pode arcar com as custas e demais despesas processuais.

b) A citação da requerida para comparecer em audiência, designada por este juízo, caso queira, sob pena de sofrer os efeitos da revelia e confissão;

**c) Opta o requerente pela não realização de audiência de conciliação ou de mediação, de acordo com o art. 319, VII, CPC/2015, fundamentado pela imprescindível realização de perícia médico/técnica neste tipo de ação;**

d) Ao final, seja julgado totalmente procedente as pretensões pleiteadas pelo Autor condenando a Ré a pagar ao Requerente a importância de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial eventualmente efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação.

e) Requer a inversão do ônus da prova, nos termos do art.6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, por ser parte hipossuficiente desta relação;



f) Requer sejam todas as intimações publicadas exclusivamente em nome do Procurador EDUARDO HENRIQUE GOMES FERREIRA LIMA, OAB/PE 40.509, com endereço físico na qualificação deste petítório;

g) Requer a condenação em honorários advocatícios na importância de 20% (vinte por cento).

Protesta por provar o alegado por todos os meios de provas admitidas pelo direito, em especial, documental, testemunhal, bem como, as demais que se fizerem necessárias para o desfecho da lide.

**Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)**

Nestes termos.

Pede deferimento.

Timbaúba, 25 de Julho de 2019.

EDUARDO HENRIQUE GOMES FERREIRA LIMA

OAB/PE 40.509.





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL Nº 6153509

DATA DE EXPEDIÇÃO 27.09.1998

FABIANA DOS SANTOS

Maria das Dores Santos

DATA DE NASCIMENTO 07.01.1982

INBAUBA-PE

N. 32146-LA28-F.214v-cart.

INBAUBA-PE

ASSINATURA DO DIRETOR REGINA DA SILVA

LEI Nº 7.115 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA PAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

**082.762.614-26**

FABIANA DOS SANTOS

Nascimento 07/01/1982

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO TAVARES BRAGA

FABIANA DOS SANTOS

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cartão de uso pessoal e intransferível.  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão MAI/2006

BANCO DO BRASIL





Nota Fiscal de Energia Elétrica emitida pela Lei 10.436, de 26/04/02  
Companhia Energética de Pernambuco  
Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife, Pernambuco - CEP 50050-902  
CNPJ 10.336.932/0001-08 | Ins. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

ADOS DO CLIENTE  
FABIAN HENRIQUE

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
RUA BERNARDINO DE S. MONTEIRO 33

CPF 082.060.410-08 19455881136

CRUZEIRO/TIMBAURA  
TIMBAURA PE  
55870-000

CLASSIFICAÇÃO  
DE REGISTRO DE  
FABRICANTE DE ENERGIA

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
7010452087	03/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LETURA
15/03/2019	05/04/2019
TOTAL A PAGAR (R\$)	
54,02	

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
05117781	MP 2	05117781
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
09/03/2019	191101-302	2203302

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL			
QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)	
Consumo Ativo de 111 kWh	0,19883510	5,60	
Consumo Ativo Suspensa a 30 até 100 kWh	0,32046018	22,43	
Consumo Ativo Suspensa a 100 até 220 kWh	0,49069027	8,24	
Consumo Ativo Suspensa a 220 kWh		15,44	
Multas por atraso 10 (1456,70655 - 08/01/19)		0,48	
Multas por atraso 10 (1456,70655 - 08/01/19)		0,33	
Imposto de Renda 10 (1456,70655 - 08/01/19)		3,50	
TOTAL A PAGAR (R\$)			
54,02			

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL							
Nº DO MEDIDOR	Tipo DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	LEITURA	ATUAL DATA	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSUMO (kWh)
3126554	1	08/03/2019	6 807 70	04/04/2019	6 520 08	29	111,70

HISTÓRICO DE CONSUMO				COMPOSIÇÃO DO CONSUMO			
Mês/Ano	Consumo (kWh)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Descrição	Valor (R\$)	Porcentagem	
03/2019	111,70	54,02	54,02	Geração de Energia	11,50	43,74%	
02/2019	101,70	50,00	50,00	Transmissão	2,22	6,49%	
01/2019	91,70	45,00	45,00	Distribuição (Celpe)	10,36	30,23%	
12/2018	81,70	40,00	40,00	Perdas de Energia	3,26	9,51%	
11/2018	71,70	35,00	35,00	Encargos Setoriais	1,53	4,38%	
10/2018	61,70	30,00	30,00	Tributos	1,84	5,66%	
09/2018	51,70	25,00	25,00	Total	34,27	100%	
08/2018	41,70	20,00	20,00				
07/2018	31,70	15,00	15,00				
06/2018	21,70	10,00	10,00				
05/2018	11,70	5,00	5,00				
04/2018	1,70	0,00	0,00				
03/2018	0,00	0,00	0,00				
02/2018	0,00	0,00	0,00				
01/2018	0,00	0,00	0,00				
12/2017	0,00	0,00	0,00				
11/2017	0,00	0,00	0,00				
10/2017	0,00	0,00	0,00				
09/2017	0,00	0,00	0,00				
08/2017	0,00	0,00	0,00				
07/2017	0,00	0,00	0,00				
06/2017	0,00	0,00	0,00				
05/2017	0,00	0,00	0,00				
04/2017	0,00	0,00	0,00				
03/2017	0,00	0,00	0,00				
02/2017	0,00	0,00	0,00				
01/2017	0,00	0,00	0,00				
12/2016	0,00	0,00	0,00				
11/2016	0,00	0,00	0,00				
10/2016	0,00	0,00	0,00				
09/2016	0,00	0,00	0,00				
08/2016	0,00	0,00	0,00				
07/2016	0,00	0,00	0,00				
06/2016	0,00	0,00	0,00				
05/2016	0,00	0,00	0,00				
04/2016	0,00	0,00	0,00				
03/2016	0,00	0,00	0,00				
02/2016	0,00	0,00	0,00				
01/2016	0,00	0,00	0,00				
12/2015	0,00	0,00	0,00				
11/2015	0,00	0,00	0,00				
10/2015	0,00	0,00	0,00				
09/2015	0,00	0,00	0,00				
08/2015	0,00	0,00	0,00				
07/2015	0,00	0,00	0,00				
06/2015	0,00	0,00	0,00				
05/2015	0,00	0,00	0,00				
04/2015	0,00	0,00	0,00				
03/2015	0,00	0,00	0,00				
02/2015	0,00	0,00	0,00				
01/2015	0,00	0,00	0,00				
12/2014	0,00	0,00	0,00				
11/2014	0,00	0,00	0,00				
10/2014	0,00	0,00	0,00				
09/2014	0,00	0,00	0,00				
08/2014	0,00	0,00	0,00				
07/2014	0,00	0,00	0,00				
06/2014	0,00	0,00	0,00				
05/2014	0,00	0,00	0,00				
04/2014	0,00	0,00	0,00				
03/2014	0,00	0,00	0,00				
02/2014	0,00	0,00	0,00				
01/2014	0,00	0,00	0,00				
12/2013	0,00	0,00	0,00				
11/2013	0,00	0,00	0,00				
10/2013	0,00	0,00	0,00				
09/2013	0,00	0,00	0,00				
08/2013	0,00	0,00	0,00				
07/2013	0,00	0,00	0,00				
06/2013	0,00	0,00	0,00				
05/2013	0,00	0,00	0,00				
04/2013	0,00	0,00	0,00				
03/2013	0,00	0,00	0,00				
02/2013	0,00	0,00	0,00				
01/2013	0,00	0,00	0,00				
12/2012	0,00	0,00	0,00				
11/2012	0,00	0,00	0,00				
10/2012	0,00	0,00	0,00				
09/2012	0,00	0,00	0,00				
08/2012	0,00	0,00	0,00				
07/2012	0,00	0,00	0,00				
06/2012	0,00	0,00	0,00				
05/2012	0,00	0,00	0,00				
04/2012	0,00	0,00	0,00				
03/2012	0,00	0,00	0,00				
02/2012	0,00	0,00	0,00				
01/2012	0,00	0,00	0,00				
12/2011	0,00	0,00	0,00				
11/2011	0,00	0,00	0,00				
10/2011	0,00	0,00	0,00				
09/2011	0,00	0,00	0,00				
08/2011	0,00	0,00	0,00				
07/2011	0,00	0,00	0,00				
06/2011	0,00	0,00	0,00				
05/2011	0,00	0,00	0,00				
04/2011	0,00	0,00	0,00				
03/2011	0,00	0,00	0,00				
02/2011	0,00	0,00	0,00				
01/2011	0,00	0,00	0,00				
12/2010	0,00	0,00	0,00				
11/2010	0,00	0,00	0,00				
10/2010	0,00	0,00	0,00				
09/2010	0,00	0,00	0,00				
08/2010	0,00	0,00	0,00				
07/2010	0,00	0,00	0,00				
06/2010	0,00	0,00	0,00				
05/2010	0,00	0,00	0,00				
04/2010	0,00	0,00	0,00				
03/2010	0,00	0,00	0,00				
02/2010	0,00	0,00	0,00				
01/2010	0,00	0,00	0,00				
12/2009	0,00	0,00	0,00				
11/2009	0,00	0,00	0,00				
10/2009	0,00	0,00	0,00				
09/2009	0,00	0,00	0,00				
08/2009	0,00	0,00	0,00				
07/2009	0,00	0,00	0,00				
06/2009	0,00	0,00	0,00				
05/2009	0,00	0,00	0,00				
04/2009	0,00	0,00	0,00				
03/2009	0,00	0,00	0,00				
02/2009	0,00	0,00	0,00				
01/2009	0,00	0,00	0,00				
12/2008	0,00	0,00	0,00				
11/2008	0,00	0,00	0,00				
10/2008	0,00	0,00	0,00				
09/2008	0,00	0,00	0,00				
08/2008	0,00	0,00	0,00				
07/2008	0,00	0,00	0,00				
06/2008	0,00	0,00	0,00				
05/2008	0,00	0,00	0,00				
04/2008	0,00	0,00	0,00				
03/2008	0,00	0,00	0,00				
02/2008	0,00	0,00	0,00				
01/2008	0,00	0,00	0,00				
12/2007	0,00	0,00	0,00				
11/2007	0,00	0,00	0,00				
10/2007	0,00	0,00	0,00				
09/2007	0,00	0,00	0,00				
08/2007	0,00	0,00	0,00				
07/2007	0,00	0,00	0,00				
06/2007	0,00	0,00	0,00				
05/2007	0,00	0,00	0,00				
04/2007	0,00	0,00	0,00				
03/2007	0,00	0,00	0,00				
02/2007	0,00	0,00	0,00				
01/2007	0,00	0,00	0,00				
12/2006	0,00	0,00	0,00				
11/2006	0,00	0,00	0,00				
10/2006	0,00	0,00	0,00				
09/2006	0,00	0,00	0,00				
08/2006	0,00	0,00	0,00				
07/2006	0,00	0,00	0,00				
06/2006	0,00	0,00	0,00				
05/2006	0,00	0,00	0,00				
04/2006	0,00	0,00	0,00				
03/2006	0,00	0,00	0,00				
02/2006	0,00	0,00	0,00				
01/2006	0,00	0,00	0,00				
12/2005	0,00	0,00	0,00				
11/2005	0,00	0,00	0,00				
10/2005	0,00	0,00	0,00				
09/2005	0,00	0,00	0,00				
08/2005	0,00	0,00	0,00				
07/2005	0,00	0,00	0,00				
06/2005	0,00	0,00	0,00				
05/2005	0,00	0,00	0,00				
04/2005	0,00	0,00	0,00				
03/2005	0,00	0,00	0,00				
02/2005	0,00	0,00	0,00				
01/2005	0,00	0,00	0,00				
12/2004	0,00	0,00	0,00				
11/2004	0,00	0,00	0,00				
10/2004	0,00	0,00	0,00				
09/2004	0,00	0,00	0,00				
08/2004	0,00	0,00	0,00				
07/2004	0,00	0,00	0,00				
06/2004	0,00	0,00	0,00				
05/2004	0,00	0,00	0,00				
04/2004	0,00	0,00	0,00				
03/2004	0,00	0,00	0,00				
02/2004	0,00	0,00	0,00				
01/2004	0,00	0,00	0,00				
12/2003	0,00	0,00	0,00				
11/2003	0,00	0,00	0,00				
10/2003	0,00	0,00	0,00				
09/2003	0,00	0,00	0,00				
08/2003	0,00	0,00	0,00				
07/2003	0,00	0,00	0,00				
06/2003	0,00	0,00	0,00				
05/2003	0,00	0,00	0,00				
04/2003	0,00	0,00	0,00				
03/2003	0,00	0,00	0,00				
02/2003	0,00	0,00	0,00				
01/2003	0,00	0,00	0,00				
12/2002	0,00	0,00	0,00				
11/2002	0,00	0,00	0,00				
10/2002	0,00	0,00	0,00				
09/2002	0,00	0,00	0,00				
08/2002	0,00	0,00	0,00				
07/2002	0,00	0,00	0,00				
06/2002	0,00	0,00	0,00				
05/2002	0,00	0,00	0,00				
04/2002	0,00	0,00	0,00				
03/2002	0,00	0,00	0,00				
02/2002	0,00	0,00	0,00				



Eduardo Henrique  
Advocacia & Consultoria.

## PROCURAÇÃO

### OUTORGANTE:

Fabiana dos Santos, brasileira, solteira,  
do lar, inscrita no CPF de nº 082.362.614-26,  
residente na Rua Bernardino de Sousa  
Monteiro, nº 33, Quilombo, Timbaúba-PE

**OUTORGADOS: EDUARDO HENRIQUE GOMES FERREIRA LIMA** brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PE nº 40.509, com endereço profissional na Rua Walfrêdo Ferreira Lima, Nº10, Centro, Timbaúba-PE, CEP: 55870-000, local onde receberá intimações e notificações de estilo.

**PODERES:** Confere amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula "*ad judicium*", a fim de que, em conjunto ou separadamente, possa(m) realizar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive requerer, propor quaisquer ações e defender-me nas que me forem propostas, cíveis, reconvir, promover quaisquer medidas cautelares, recorrer em qualquer instância ou tribunal, arrolar, inquirir, contraditar e recusar testemunhas, produzir provas, arrazoar processos, requerer vistas dos mesmos, concordar com cálculos, custas e contas processuais, podendo ainda, fazer defesas prévias, alegações finais, formar os documentos necessários, efetuar levantamentos inclusive de alvarás judiciais, requerer laudos, avaliações e perícias, bem como arguir suspeição, falsidade e exceção, transigir, fazer acordo, confessar, renunciar, desistir, impugnar, firmar compromissos, perante este juízo, e em qualquer instância ou tribunal, repartição pública e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que a outorgante seja autora ou reclamante e defendendo-a, na condição de reclamada, bem como substabelecer a presente com ou sem reserva de poderes se assim lhe convier, dando tudo por bom, firme e valioso que este instrumento consta.

### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA.

Fabiana dos Santos, já qualificado  
(a) acima, desejando obter os benefícios da "*Justiça Gratuita*", declara, sob as penas da lei, que não possui recursos suficientes para custear qualquer demanda, sem prejuízo do sustento próprio e da família, pelo que, nos termos do artigo 98 do CPC-05, faz *jus* aos benefícios da gratuidade da Justiça.

Timbaúba, 22 de Julho de 2019.

Fabiana dos Santos

Rua Walfrêdo Ferreira Lima, nº10, Centro, Timbaúba-PE

Email: [eduardohgfl@hotmail.com](mailto:eduardohgfl@hotmail.com)

Email: [eduardohgfl@hotmail.com](mailto:eduardohgfl@hotmail.com)

Tel: (81) 9-9716-7948 (81) 9-9163-6662.





**TIMBAÚBA**  
GOVERNO MUNICIPAL  
CUIDAR COM MAIS FORÇA



## FICHA DE EMERGÊNCIA E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

AZUL ( ) VERDE ( ) AMARELO ( / ) VERMELHO ( )

NOME: Falicleo dos Santos IDADE: 37

DATA: 23/07/19 HORA: 18:55 MUNICÍPIO: Timbaúba - PE

PA: 160x90 FC:      SAT:      PESO:      HGT: 136

HAS ( ) DM ( ) ALERGIA MED ( ) ningua

### I- Sinais de emergência: ATENDIMENTO IMEDIATO - CLASSIFICAÇÃO VERMELHA

- 1- Apneia ( ) Cianose ( ) Estridor ( ) FC < 50 ou 140 ( ) FR > 32. vpm ( ) FR < 10 ( )
- 2- Extremidades frias ( ) Enchimento capilar lentificado ( ) Pulso fraco ( ) Pulso ausente ( )
- 3- Sudorese ( ) PAS < 80 mmHg ( ) PAD > 130 mmHg ( )
- 4- Irresponsivo ou só resposta a dor ( ) Intoxicação exógena ( ) Sangramento intenso ( )
- 5- Queimaduras em mais de 25% da SC ou acometimento das vias aéreas ( )
- 6- Lesão grave ( ) Convulsionando no momento ( ) Letargia ( )

### II- Sinais de urgência - atendimento preferencial sobre os pacientes classificados como VERDE no consultório ou leito da sala de observação- CLASSIFICAÇÃO AMARELA

- 1- Politraumatizado com Glasgow entre 13 e 15 ( )
- 2- FC < 50 ou > 140 ( ) PAS < 90 ou > 240 ( ) PAD > 130 sem sintomas ( )
- 3- Febre > 39 ° ( ) Febre com imunodepressão ( ) Turgor pastoso ( )
- 4- História de convulsão nas últimas 24h ( ) Mucosas ressecadas ( )
- 5- Impossibilidade de deambulação aguda ( )
- 6- Queimadura de 2° e 3°, áreas não críticas SCQ < 10% ( )
- 7- Vítima de abuso sexual ocorrido até 72 horas ( )
- 8- Fratura Anguladas e luxações com comp. Neuro - Vascular ou Dor Intensa ( )
- 9- Dor abdominal intensa ( ) Dor torácica intensa ( )
- 10- História de até 72h de:

Melena ( ) Hematêmese ( ) Enterorragia ( ) Epistax ( )

11- Acidente perfuro cortante com material biológico ( )

*Paciente vítima  
de atropelamento  
apresenta entorpecimento  
na perna esquerda e dor  
na lombar.*

*Acidente e  
orientado.*



Politérico - UTE  
 56075772

## FICHA DE ATENDIMENTO E URGÊNCIA

DATA: 27.01.19

HORA: 18:55

1- DADOS DO PACIENTE/USUÁRIO/ Nº DO REGISTRO

Nº PRONTUÁRIO 133

Nome: FABIANA DOS SANTOS

Cartão SUS: N.I.

Sexo: F

Data Nasc: 07.01.82

Idade: 37

Nome da mãe: MARIA DOS ANJOS DOS SANTOS

Logradouro: RUA BERNARDINO DE S. MONTEIRO

Nº 33

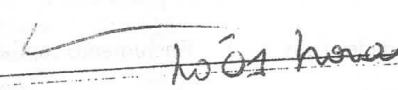
Complemento: CRUZEIRO

Bairro/Localidade:

Município: TIMBAÚBA

UF: PE

Telefone: ( )

Rubrica do Colaborador: 

## 2- ANAMNESE:

dumação

Relato de acidente de moto, lesões múltiplas e

ferimento com contusão em pelvis (tra)

olegião

Depressão

3- SSVV: T

F.C.

PA:

F.R:

Glasgow:

SatO2

HGT

4- EXAMES COMPLEMENTARES: ( ) Laboratório ( ) Radiológico ( ) ECG ( ) Outros

Hipótese Diagnóstica: 1) Trauma com contusão

Conduta: ( ) Medicação ( ) Observação ( ) Alta Hospitalar

Saída: Data/Hora \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ às \_\_\_\_:\_\_\_\_ h. Alta referido para UBS ( )

( ) Óbito ( ) Outra Unidade de Urgência ( ) Especialidade

## 5- PRESCRIÇÃO MÉDICA:

Analgésico + curativos locais

CID:

Médico: (Assinatura e Carimbo)

Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco  
Hospital Otávio de Freitas

Nome: FÁBIANA DOS SANTOS  
Idade: 37 Anos 0 Mes 20 Dias  
Nasc: 01/01/1982  
Sexo: FEMININO  
CPF: 7696 884 101219  
Contatos: 81 94639790 | Celular: 81  
Nome: MARIA DAS DORES SANTOS  
Endereço: RUA BERNARDINO DE SOUZA MONTEIRO, N.º 23 - BAIRRO: ALTO DO CRUZEIRO - CIDADE: TIMBAUBA - UF: PE

Dados do Atendimento:

Data/Hora Atend.: 22/01/2019 22:00  
Atendimento: 10/2064  
Nº. Atendimento: 3.92277  
Serviço: CIRURGIA  
Enfermagem/Leito:  
Médico: MEDICO PLANTONISTA

Admissão

Queixa Principal

DOR NO JOELHO ESQUERDO

História Clínica

Paciente tem síndrome de ATRÓFICAMENTO POR NOTO EVOLUINDO COM DOR EM JOELHO ESQUERDO

Exame Físico

NEUROVASCULAR PRESERVA  
FERIMENTOS EXTENSOS JOELHO ESQUERDO

OBSCURIDADE PARCIAL DO JOELHO ESQUERDO E TENSÃO, SEM DOR E SEM COLABORAR.

Observações

HL FERIMENTOS EXTENSOS EM JOELHO ESQUERDO

Conduta

CONTINUAÇÃO

Lucas Severo  
Ortopedia/Traumatologia  
CRM-PE 25317

LUCAS SEVERO BONFIM DE SOUZA - CRM: Nº.25317

Hospital Otávio de Freitas - CNES: 426 - CNPJ: 10.572.048/0001-70  
R. Amprício Guimarães, s/nº - Tejipió - Recife/PE CEP: 50.920-640 Fone: (81) 3181-8800



HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS  
EMERGÊNCIA

3 - Evolução / Exames

27/07/19 - Exame físico  
Paciente admitido no Hospital Otávio de Freitas  
procedente da casa de transição, em folha, aguardando cirurgia.

28/07/19 - Exame físico  
Paciente admitido no Hospital Otávio de Freitas  
procedente da casa de transição, em folha, aguardando cirurgia.

29/07/19 - Exame físico  
Paciente admitido no Hospital Otávio de Freitas  
procedente da casa de transição, em folha, aguardando cirurgia.

Termo de Responsabilidade da Alta a Pedido

Responsabilizo-me pela imediata retirada do paciente do Hospital Otávio de Freitas, com  
sobre todas as consequências que esse ato possa acarretar.

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Autorização de Procedimento

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Procedimento: \_\_\_\_\_

Diag. Definitivo: \_\_\_\_\_

Destino do Paciente

( ) Alta ( ) Cirurgia ( ) Óbito ( ) Evadência ( ) Retorno  
( ) Transferência: \_\_\_\_\_ ( ) Imaturo

Condição de Alta

( ) Curado ( ) Melhorado ( ) Inalterado ( ) Óbito

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_\_ Médico: \_\_\_\_\_

27/01/2019 22:10:28

2 de 2







## ENTREVISTA SERVIÇO SOCIAL

ROT 13.4-01.V1

SETOR: <u>ÁREA VERDE-TRAUMA</u>	DATA: <u>28.01.2019</u>
NOME: <u>FABIANA DOS SANTOS</u>	
NOME SOCIAL: <u>_____</u>	
IDADE: <u>37 ANOS</u>	DATA DE NASCIMENTO: <u>07/01/1982</u> ESTADO CIVIL: <u>SOLTEIRA</u>
FILIAÇÃO: <u>MARIA DAS DORES SANTOS</u>	
ENDEREÇO: <u>RUA BERNARDINO DE SOUZA MONTEIRO Nº 33 - BAIRRO</u> <u>ALTO DO CRUZEIRO - CIDADE: TIMBAÚBA.</u>	
PONTO DE REFERÊNCIA: <u>PRÓXIMO AO COLÉGIO MUNICIPAL</u>	
TELEFONES: <u>9.9463-9790 JATACIA (PRIMA) - 9.9836-0082 ANTONIO (COMPANHEIRO)</u>	
ENTREVISTADO(A): <u>JATACIA DOS SANTOS MARQUES</u> PARENTESCO: <u>PRIMA</u>	
DOCUMENTOS: POSSUI <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> APRESENTADOS: <u>RG. 6.153.509 SSP/PE.</u>	

1º ATENDIMENTO <input checked="" type="checkbox"/> READMITIDO <input type="checkbox"/>	PROCEDÊNCIA: <u>WPA - TIMBAÚBA</u>
ACOMPANHANTE: <u>JATACIA DOS SANTOS MARQUES</u>	PARENTESCO: <u>PRIMA</u>
TABAGISMO: SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> ABANDONO <input type="checkbox"/>	ETÍLICOS: SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> ABANDONO <input type="checkbox"/>
OUTRAS DROGAS: SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> ABANDONO <input type="checkbox"/> QUAIS: <u>_____</u>	
POSSUI NECESSIDADE ESPECIAL: SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> QUAIS: <u>_____</u>	
COBERTURA DE PSF: SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	ACOMPANHAMENTO: SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>

PROFISSÃO: <u>DO LAR</u>	ESCOLARIDADE: <u>ENSINO MÉDIO</u>
VÍNCULO EMPREGATÍCIO: SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	OUTROS: <u>_____</u>
COMPOSIÇÃO FAMILIAR: <u>RESIDE COM O COMPANHEIRO E TRÊS FILHOS.</u>	
APOIO FAMILIAR: SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	BENEFÍCIO: PREVIDENCIÁRIO <input type="checkbox"/> ASSISTENCIAL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO RECEBE <input type="checkbox"/>

ALTA HOSPITALAR: SAÍRA ACOMPANHADO <input checked="" type="checkbox"/> DESACOMPANHADO <input type="checkbox"/>
CONTATO C/ MUNICÍPIO <input type="checkbox"/> RECURSOS PRÓPRIOS <input type="checkbox"/> CONTATO C/ FAMÍLIA <input checked="" type="checkbox"/>

OBSERVAÇÕES: PACIENTE DEU ENTRADA EM UNIDADE HOSPITALAR, APÓS SOFRER ACIDENTE POR ALBARTAMENTO DE MOTOCICLETA, USUÁRIA TEVE FERIMENTO EM JOELHO DIREITO. SOFRE DE SÍNDROME DO PÂNICO E FAZ USO DO ANTI-DEPRESSIVO "CETRALINA", TEM VÍNCULOS PRESERVADOS COM A FAMÍLIA, É RECEBEDORA DO BOLSA FAMÍLIA, ORIENTO ROTINA E AUTORIZO ACOMPANHANTE.


ASSISTENTE SOCIAL: Walter Bacelar da Silva

043-HOF

Walter Bacelar da Silva  
Assistente Social  
CRETS: 11.090/49 Região





	<b>ENTREVISTA SERVIÇO SOCIAL</b>	<b>ROT 13.4-01.V1</b>
---	----------------------------------	-----------------------

# **EVOLUÇÃO**

Serviço Social - Pios - OF  
 aut acop  
 Supl. M' das Dons do Sentes (Red)  
 Orientando quanto à rotina hospitalar

Lucia Helena ... da Silva  
 Assistente Social  
 CRESS 1162 - 4ª Região

DATA DA HOMOLOGAÇÃO 15/12/2017	Rua Aprígio Guimarães, S/N - Tejipio Recife - PE CEP: 50920 - 640 Fone: 3182 - 8500	DATA DA REVISÃO 15/12/2019	HOF01
--------------------------------	--	----------------------------	-------




# HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

MANCHESTER\_V2

Data e hora retirada da senha: 27/01/2019 22:10

Nome Paciente:	FABIANA DOS SANTOS
Cód. Paciente:	1078664
Data de Nascimento:	07/01/1982
Sexo:	Feminino
Idade:	37
Senha:	FN0028
Convênio:	2 - SUS - AMBULATORIO
Atendimento:	3292277 
SAME:	1078664

Período: 27/01/2019 22:19 - 27/01/2019 22:19

MARLY MOTA DA SILVA SOUZA - COREN: 55110 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - CLASSIFICAÇÃO

Prioridade:	AMARELO - URGENTE
Cor:	<input type="text" value="AMARELO"/>
Queixa Principal:	PACIENTE REFERE QUE SOFREU ATROPELAMENTO POR MOTO HÁ MAIS OU MENOS 4H. RELATA LESÃO NO JOELHO ESQ E QUEIXA DE DOR NOS MMII
Programa sintoma:	PROBLEMAS EM EXTREMIDADES
Discriminador(es):	- DOR MODERADA?
Especialidade:	ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA
Sinais Vitais Lidos:	- REGUA DE DOR: 8

Acolhido(a) por: MARLY MOTA DA SILVA SOUZA - COREN: 55110 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 27/01/2019 22:19

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1





Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco  
Hospital Otávio de Freitas

Nome: FABIANA DOS SANTOS  
Sexo: FEMININO  
Mãe: MARIA DAS DORES SANTOS  
Endereço: RUA BERNARDINO DE SOUZA MONTEIRO, N.º 33 - : BAIRRO: ALTO DO CRUZEIRO - CIDADE: TIMBAUBA - UF: PE  
Idade: 37 Anos 1 Mês 22 Dias  
Nasc.: 07/01/1982  
CNS: 709000881461219  
Contatos: 81. 94639790 | Celular: 81.

Dados do Atendimento:

Data/Hora Atend.: 29/01/2019 09:49  
Prontuário: 1078664  
Nº. Atendimento: 3292783  
Serviço: ORTOPEDIA E

Enfermaria/Leito:  
TRAUMATOLOGIA POSTO II-21-01

Médico:  
HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS SIH SUS

Label

DESCRIÇÃO CIRÚRGICA DETALHADA

AVISO DE CIRURGIA:

DATA AVISO CIRURGIA:

ATENDIMENTO:  
03292783

CÓDIGO PACIENTE:  
01078664

NOME DO PACIENTE:  
FABIANA DOS SANTOS

SITUAÇÃO CIRURGIA:

TIPO DE ANESTESIA:  
RAQUI ANESTESIA

COM CEC: COM ROBÓTICA:

CID FINAL:  
TRAUMATISMO DO MUSCULO E DO TENDAO DO QUADRICEPS - S761  
Procedimento

Material:

DATA / HORA INICIAL:  
29/01/2019

DATA / HORA FINAL:  
29/01/2019

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA:

CIRURGIÃO: EDSON SOUZA JR.  
ANESTESISTA: CLARICE MONTE

- 1- DECÚBITO DORSAL
- 2- ASSEPSIA + ANTISSEPSIA
- 3- OBSERVADO FERIMENTO TRANSVERSO EM REGIÃO ANTERIOR DO JOELHO + LESÃO PARCIAL DO TENDÃO DO QUADRÍCEPS E RETINACULO LATERAL + LÍQUIDO ARTICULAR COM VOLUME AUMENTADO, AMARELO TURVO E COM GRUMOS
- 4- REALIZADO LIMPEZA E DESBRIDAMENTO DA FERIDA + LIMPEZA ARTICULAR COM SORO FISIOLÓGICO
- 5- REALIZADO RAFIA DA LESÃO (PARCIAL) DO TENDÃO QUADRÍCEPS E RETINACULO LATERAL COM COM PROLENE + APOSIÇÃO DE DRENO PENROSE ARTICULAR
- 6- APROXIMAÇÃO DAS BORDAS DA FERIDA + CURATIVO
- 7- TALA JOELHEIRA

CIRURGIA PROPOSTA:

SUTURA DE EXTENSO FERIMENTO EM JOELHO ESQUERDO

CIRURGIA REALIZADA:

DRENAGEM DE ARTRITE SÉPTICA + TENORRAFIA + SUTURA DE FERIMENTO

DIAGNOSTICO INICIAL:

FERIMENTO EXTENSO EM JOELHO ESQ

DIAGNOSTICO CIRURGICO:

FERIMENTO EXTENSO EM JOELHO + LESAO PARCIAL DO TENDAO QUADRICEPS + ARTRITE SÉPTICA

INTERCORRÊNCIA:

NÃO HOUE

OBS.: PACIENTE COM EXTENSÃO ATIVA DO JOELHO ESQUERDO E DEAMBULANDO ANTES DA CIRÚRGIA

Hospital Otávio de Freitas - CNES: 426 - CNPJ: 10.572.048/0004-70  
Rua Aprígio Guimarães, s/nº - Tejipió - Recife/PE CEP: 50.920-640 Fone: (81) 3182.8500



Assinado eletronicamente por: EDUARDO HENRIQUE GOMES FERREIRA LIMA - 25/07/2019 12:02:09  
<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19072512020993700000047559839>  
Número do documento: 19072512020993700000047559839



INSTITUTO JOÃO FERREIRA LIMA  
Av. Dr. Ferreira Lima, s/n Timbaúba - PE  
Fone: (81) 3631-3489

DECLARO PARA DEUROS  
FINS QUE FABIANA DOS  
SANTOS REALIZOU 20 SESSÕES  
DE FISIOTERAPIA, A REFERIDA  
PACIENTE QUEIXA-SE DE  
DORES EM JOELHO E ASSOCIADO  
A QUADRO DE DEFICIT  
DE FORÇA MUSCULAR

22/07/19

Dr. Eduardo Jordão  
Fisioterapeuta  
CRP 100693-F



HOFF  
WEST DE

Rio: 1078664  
 Filha Social  
 Fernando Alves de Oliveira  
 Apoio Administrativo S. Social  
 Mat.: 229-489-3

Pencil con der ang falso bñu  
e pmo dñta cñ abipñto

PA: \_\_\_\_\_ FC: \_\_\_\_\_ FR: \_\_\_\_\_

em. Sol. Mo.

REVISADO  
08/10/21/19  
Ward

Dra. Lécia Lima  
Cirurgia da Mão  
CRM 20645

Ver Alle elektronen

Lucas Severo  
Ortopedia / Traumatologia  
CRM-PE 25.317

Horário

28/01/19  
GBL

Apurada disponibilidade em BCISR  
// anexa

4

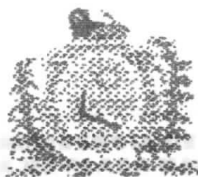
Realizada a reunião, a Realização:

Callp  
Pena AP

em 27/06/19

Ass. *Amended* *Law*





**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 046ª CIRCUNSCRIÇÃO - TIMBAUBA -  
DP46ªCIRC DINTER1/11ªDESEC**

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 19E0136000987**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **28/05/2019** às **15:56**

**ATROPELAMENTO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposo (Consumado) que aconteceu no dia 27/1/2019 no período da Noite**

Fato ocorrido no endereço: **MUNICÍPIO DE TIMBAUBA, 1 - Bairro: CENTRO - TIMBAUBA/PERNAMBUCO/BRASIL** - Ponto de Referência: **PROXIMO AO COLEGIO, MUNICIPAL**  
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

**Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:**

DESCONHECIDOS (AUTOR (AGENTE))  
FABIANA DOS SANTOS (VÍTIMA)

**Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:**

VEÍCULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a):  
DESCONHECIDOS

**Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**

**FABIANA DOS SANTOS (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: MARIA DAS DORES SANTOS Pai: NÃO DECLARADO Data de Nascimento: 7/1/1982 Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**  
Residência: **RUA BERNARDINO DE SOUZA MONTERIO Nº 33, CRUZEIRO - TIMBAUBA/PERNAMBUCO/BRASIL** Próximo a: **MUNICÍPIO DE TIMBAUBA, 1, FONE 993369982 - CEP: 0 - Bairro: CENTRO - TIMBAUBA/PERNAMBUCO/BRASIL**

**DESCONHECIDOS (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

**Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)**

**MOTOCICLETA (VEÍCULO), que estava em posse do(a) Sr(a): DESCONHECIDOS**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **PRETA** - Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**



## Complemento / Observação

A VITIMA INFORMA QUE VINHA DA RESIDENCIA DE SUA CUNHADA COM SUA FILHA , QUANDO UMA MOTOCICLETA PRETA DE PLACA NAO IDENTIFICADA EM ALTA VELOCIDADE COM DOIS RAPAZES ACABOU COLIDINDO COM A VITIMA QUE VEIO A CAIR NA VIA , POREM OS DOIS RAPAZES QUE ESTAVA NA MOTO CAIRAM TAMBEM , ONDE O SAMU FOI ACIONADO E SOCORRIDO A VITIMA PARA A UPA DE TIMBAUBA E EM SEGUIDA TRANSFERIDO COM VARIAS LESOES PARA O HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS EM RECIFE . NADA MAIS A DECLARAR .

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

*Fabiana dos Santos*  
FABIANA DOS SANTOS  
(VITIMA)

B.O. registrado por: **ERIVELTON RODRIGUES DA SILVA** - Matrícula: **350827-7**

Fato ocorrido no endereço: **MUNICÍPIO DE TIMBAUBA, 1 - RUA DE**  
**TIMBAUBA/PERNAMBUCO/BRASIL** - Centro de Referência: **PERMANBU**  
**VILARDO, MUNICIPAL**  
Local do Fato: **VIA PUELISA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:  
DESCONHECIDOS (AUTOR(AGENTE))  
FABIANA DOS SANTOS (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:  
VEICULO: (Usado na prática da ocorrência) - que se encontra posse do(s) Sr(s):  
DESCONHECIDOS

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s):  
FABIANA DOS SANTOS (proposta de prisão) - Sexo: **Feminino** - Data de Nascimento: **08/01/1988** - **BRASIL**  
BORGES SANTOS Pol NAO DECLARADO Dia de Nascimento: **11/11/1988** - **BRASIL**  
INFORMADO / **PERNAMBUCO** / **BRASIL**  
Residência: **RUA HENRIQUE DE GOMES MONTENEGRO Nº 55, CAMARÃO -**  
**TIMBAUBA/PERNAMBUCO/BRASIL** - **MUNICÍPIO DE TIMBAUBA, 1, FONE**  
**55789632 - CEP: 5 - BARRIO: CENTRO - TIMBAUBA/PERNAMBUCO/BRASIL**

DESCONHECIDOS (não presente no plágio) - Sexo: **Indeterminado** - **NAO**  
**INFORMADO** / **PERNAMBUCO** / **BRASIL**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s):  
MOTOCICLETA (VEICULO), que estava em posse do(s) Sr(s): **DESCONHECIDOS**  
Carro/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA** - **NAO INFORMADO** / **NAO INFORMADO** - **NAO**  
aparelho: **NAO**  
Cor: **PRETA** - **Quantidade** (informar não informado)



28/05/2019 15:49





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 08 de Julho de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190365783

Vítima: FABIANA DOS SANTOS

Data do Acidente: 27/01/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: EDUARDO HENRIQUE GOMES FERREIRA LIMA

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), FABIANA DOS SANTOS

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem sequela definitiva, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01651/01652 - carta\_04 - INVALIDEZ

00030826



Carta nº 14539908







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**1ª Vara da Comarca de Timbaúba**

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000 - F:(81) 36315275

Processo nº **0000585-79.2019.8.17.3480**

AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

Recebidos hoje.

**DESPACHO**

Vistos etc.

Defiro o pedido de justiça gratuita.

Cite-se a demandada para que, querendo, no prazo legal, conteste a presente ação, sob pena de confissão e revelia quanto a matéria de fato (art. 344, do NCPC), ressaltando que o termo inicial do prazo da contestação observará a respectiva hipótese em que foi realizada a citação, conforme o art. 231, do NCPC.

Com a resposta, voltem-me conclusos para inclusão em mutirão de audiências/perícias médicas referentes a este tipo de ação.

Intime-se.



Timbaúba, 26/07/2019.

**José Gilberto de Sousa - Juiz de Direito**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000

1ª Vara da Comarca de Timbaúba  
Processo nº 0000585-79.2019.8.17.3480  
AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

TIMBAÚBA, 31 de julho de 2019.

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Destinatário(s):**

**Nome:** SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

**Endereço:** R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação, tudo conforme decisão prolatada e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

**Prazo:** O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

**Advertência:** Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

**Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:**

**1 – Acesse o link:** <https://www.tjpe.jus.br/contrafe1g>

**2 – No campo “Número do Documento”, digite:** 19072512020892300000047559852

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, JOSILENE VIEIRA RODRIGUES, digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

**CARLOS EDUARDO ALVES DE ARAÚJO**  
*Diretoria Cível do 1º Grau*



***Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara***

---

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



## CONTESTAÇÃO E HABILITAÇÃO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIMBAUBA/PE

Processo: 00005857920198173480

**AUSÊNCIA DE COBERTURA**

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FABIANA DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

**CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

**BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **27/01/2019**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **28/05/2019**.

Após análise detida dos documentos apresentados, verificou-se a ausência de cobertura, vez que a parte autora **não restou inválida**, pressuposto necessário para o pagamento da indenização pleiteada.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a **NEGATIVA** da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

A parte Autora sustenta que encontra-se inválida permanentemente devido as supostas lesões sofridas decorrentes de acidente de trânsito.

Acontece Exa., que toda documentação médica apresentada aos autos não corrobora com o alegado, pelo contrário comprova cabalmente que NÃO HÁ INVALIDEZ e/ou DEBILIDADE PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ COBERTURA DO SEGURO DPVAT.

Assim, a parte Autora, deixou de comprovar de maneira precisa que é portador de invalidez permanente, não fazendo jus à indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação e visto não haver meios comprobatórios do alegado, devendo a demanda ser julgada improcedente, em consonância com o disposto no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

### **DO MÉRITO**

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>1</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

### **DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**


#### **DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE**

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

<sup>1</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA				
<b>DADOS DO SINISTRO</b>				
Número: 3190365783	Cidade: Timbaúba	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: FABIANA DOS SANTOS	Data do acidente: 27/01/2019	Seguradora: Sabemi Seguradora S/A		
<b>PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA</b>				
Data da análise: 05/07/2019				
Valoração do IML: 0				
Perícia médica: Não				
Diagnóstico: LESÃO PARCIAL DO TENDÃO DO QUADRÍCEPS E RETINÁCULO LATERAL DO JOELHO ESQUERDO.				
Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO. ALTA.				
Sequelas permanentes:				
Sequelas: Sem sequela				
Conduta mantida:				
Quantificação das sequelas:				
Documentos complementares:				
Observações: EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.				
Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.				
<b>DANOS</b>				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

Frise-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.





### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.

### **DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral<sup>2</sup>.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima<sup>3</sup>.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

<sup>2</sup> RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>3</sup> **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



**Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**

**Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

### **DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios<sup>4</sup>, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>5</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>6</sup>.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

<sup>4</sup>“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.” (TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

<sup>5</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>6</sup>art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TIMBAUBA, 3 de setembro de 2019.

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



### QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na **30225 - OAB/PE** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **FABIANA DOS SANTOS**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **TIMBAUBA**, nos autos do Processo nº 00005857920198173480.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

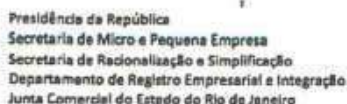
FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO - OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





WIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF

33.3.0028479-6

### Types of Portfolio

Sociedade anônima

## North Environmental

Normal

### NO An Dentarlin

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

Ultima Argumentor

00003131301 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Soluto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
PREI	21,00	21,00



## REQUERIMIENTO


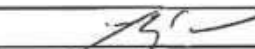
Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de

autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4856AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerj.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

Page 2/13



JUCEFUA



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 04/09/2019 10:40:40

<https://pje.tipe.ius.br:443/1q/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19090410404057500000049500724>

Número do documento: 19090410404057500000049500724

Num. 50284239 - Pág. 1



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FPD5CP68740F233E496AFDA80E1F88	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	





Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*Handwritten signatures and initials.*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pag. 5/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	





SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: PD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/</a> , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	



## RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Semp/Dseg n. 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado, de 3 de janeiro de 2018, página 168, seção 1, onde se lê: "... na remissão do consultório de administração realizada em 1º de novembro de 2017", lê-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,  
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE AEROTECNIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei nº 8.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 8.275, de 28 de novembro de 2003:

Considerando o Decreto Federal nº 96.044, de 18 de maio de 1958, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Interam n.º 16, de 14 de janeiro de 2014, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2014;

Considerando que o limite de velocidade por ele acordada, conforme o disposto no § 1º do art. 1º de Regulamento para o Transporte Rodoviário de Pessoas Perigosas, deve ser de acordo com as condições e das equipagens rodoviárias destinadas a este fim;

Considerando a necessidade de submissão do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CITPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviários;

Considerando a necessidade de ajuste dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Interam n.º 14/2016, resolve:

A.N. 1º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Atuação da Conformidade para Trens de Carga Rodoviários destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Interam a.º 16, de 14 de janeiro de 2014, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site [www.inmetro.gov.br](http://www.inmetro.gov.br)

laboratório Nacional de Biotecnologia, Qualidade e Tecnologia  
e Treinamento

Divisão de Avaliação da Conformidade - Decon  
Rua Santa Alexandrina, nº 416 - 3º andar - Rio Com-  
p. 010.010.000, Rio de Janeiro, RJ.

Cep. 20.161-272- Rio de Janeiro - RJ  
 Av. 2ª Fica substituídos os Anexos A e D da Portaria  
 Imatop n.º 16/2016 pelos Anexos A e D anexos a esta Por-

Art. 3º Fixam incluídas na Portaria Interministerial n.º 14/2014 as Anexos F e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Fica inserido, no art. 4º da Portaria Interpro n.º 16/2016, os seguintes parágrafos:

## SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR N.º 4 DE 11 DE JUNIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR INSTITUIU, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no ato das atribuições de uma missão, conforme o conteúdo do Anexo, as prioridades da modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em análise pelo Departamento de Registo das Importações Internacionais (DEINT), sob o objetivo de contribuir para a delimitação do posicionamento de governo brasileiro nas áreas da concordância do Comitê Têxtil V-1, de Tarifas, Mercaderias e Classificação de Mercaderias, do Mercado C-Tarifário.

CED 70633-400, Brasília (DF). As correspondências deverão ficar referenciadas ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante a preenchimento integral do respectivo formulário, disponível na página do site Ministério da Internet, no endereço [http://www.mre.gov.br/inter-repositorio/inter-repositorio/FIC\\_2013/inter-repositorio.doc](http://www.mre.gov.br/inter-repositorio/inter-repositorio/FIC_2013/inter-repositorio.doc). O formulário também pode ser solicitado pelos telefones (011) 2024-7350 e 2024-7258 ou pelo endereço de e-mail: [ci@cielo.com.br](mailto:ci@cielo.com.br).

3. O acompanhamento antes e durante das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico [http://www.medic.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=394:quero-saber-3](http://www.medic.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=394:quero-saber-3).

EDNATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO	
SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
2917.20.00	• Ácidos poliacetâlicos, cetonas, cetonas ou ceto-ácidos, seus anidridos, halogênios, peróxidos,	2917.20 2917.20.1	Ácidos Poliacetâlicos, cetonas, cetonas ou cetoácidos, seus anidridos, halogênios, peróxidos, peróxidos e seus derivados

personalidade e seus derivados	2917.20.14	Sistema de ácidos policarboxílicos cíclicos	2
	2917.20.15	Ciclohexanato de dióxido	
	2917.20.90	Outros	

[illegible]

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.gov.br/brasil-licitacao.html>, pelo código 0001201012300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

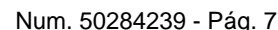
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de

autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF69740F233E496AFDA80E17B8

Para validar o documento acesse <http://www.tuceria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.







4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

**ARTIGO 8º** – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





convocada.



4996510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

#### **CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.

10/4



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016





## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º</b> Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000	ADBZB690 088674
Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: <b>HELIO BITTON RODRIGUES</b> e <b>JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES</b> (X00000524453)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho	da verdade.	Conf. por: Serventia T.J.FUNDOS
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		Total
EOLP-56881 H01, EOLP-56882 G05		<b>CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ</b> <b>Paula Cristina A. D. Gaspar</b> : 3,9% Escrevente : 10796-48062 série 09077 ME Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94
<a href="https://www3.tjri.jus.br/sitepublico">https://www3.tjri.jus.br/sitepublico</a>		





**SUBSTABELECIMENTO**

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**1ª Vara da Comarca de Timbaúba**

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000 - F:(81) 36315275

Processo nº **0000585-79.2019.8.17.3480**

AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que juntei o AR de nº JU 25372189 BR na presente data. O certificado é verdade e dou fé.

TIMBAÚBA, 11 de setembro de 2019

Josilene Vieira Rodrigues

Técnica Judiciária



DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE	
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE	
ENI	Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT SA. Rua Senador Dan 74/ 5º Andar RJ. CEP 20031.205 PJE 551-07.2019; 513-92.2019; 522- 54.2019; 517-32.2019; 525+09.2019; 529-46.2019; 532-98.2019; 536-53.2019; 537-23.2019; 541-60.2019; 547-67.2019; 557-14.2019; 551-07.2019; 558-96.2019; 585-79.2019 E 559-81.2019 CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
CEP	
DESCRIÇÃO DE CONTEÚDO (OBJETO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION	
NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION
 16 AGO 2019 BIANCA DE SOUZA CRUZ VIEIRA RG: 20.993.827	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO	

75240203-0

FC0463 / 15

114 x 186 mm



Assinado eletronicamente por: JOSILENE VIEIRA RODRIGUES - 11/09/2019 11:15:26

<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1909111152670600000049845990>

Número do documento: 1909111152670600000049845990





AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CNOT

AR

JU 25372189 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

13 AGO 2019

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

DR-PE

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/	/	/	/	/	/
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Secretaria Juiz da 1ª Vara  
Rua Severina  
Barro Timbaúba - PE 55870-000  
Fone (81) 3631-1288

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

(ETIQUETA OU CARIMBO NP)

ENDERECO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



## Habilitação



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE TIMBAÚBA-PE.**

**FABIANA DOS SANTOS**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem perante V. Exa., através de seu advogado legalmente habilitados, em atenção ao ato ordinatório, com fulcro no art. 437 do CPC, e demais normas pertinentes à espécie, apresentar **RÉPLICA** à contestação apresentada pela empresa **DEMANDADA**, nos termos que a seguir passa a expor:

Vem a parte autora, salientar que a perícia é indispensável para apreciação do mérito da questão. Indo adiante já fora regulamentado o entendimento na instrução normativa nº 08/2013 do TJPE, a qual estabeleceu um trâmite diferenciado para os processos de cobrança de seguro DPVAT, justificando que a prova pericial é indispensável para o julgamento do feito.

Desta forma, conforme o Ofício nº 005/2015 – CGSRCAC, o tribunal de Justiça está atrelado a um convênio com a Seguradora Líder de Consórcios de Seguro DPVAT, a qual esta se compromete ao pagamento dos peritos indicados pelo juízo para que realizem as perícias nesses casos.

Diante do exposto, Requer que seja designada perícia para que a parte autora se submeta e possa auferir o grau de sua lesão, bem como dar continuidade no feito. Com o resultado da perícia, a parte autora informa o interesse na conciliação.

Necessário se faz demonstrar que a parte autora jamais pode deixar de receber a verba indenizatória, haja vista que pela redação da MP 40/06, convertida na Lei nº 11.482/07, uma vez que faz jus ao devido seguro, nos termos do 3º, da lei da Lei 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/07, pois nada recebeu administrativamente da indenização.

Cumprе ressaltar que, na maioria dos casos, **a seguradora não realiza o pagamento de forma proporcional à lesão sofrida e, quase sempre, o faz a menor, como também não chega a pagar nada**, fazendo com que as vítimas precisem recorrer ao Poder Judiciário para que tenham o seu direito garantido no tocante à diferença. Inobstante o recebimento dos valores em sede de pedido administrativo, estes não foram devidamente proporcionais à lesão amplamente demonstrada nos autos.

Considerando as provas existentes no processo, principalmente os documentos acostados com a inicial, como ficha de primeiro e demais documentos, não há como negar a existência do fato e a consequente invalidez causada pelo acidente. Quanto à gradação, a documentação apresentada, junto à exordial, é bastante para comprovar a gravidade da lesão, demonstrando nitidamente o dano físico e o nexo causal com o acidente, conforme se depreende



das informações prestadas. Trata-se, portanto, de prova da invalidez ora apresentada, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro devido nas proporções apresentadas.

Em relação à inversão do ônus da prova, é totalmente cabível no caso em comento, uma vez que a parte autora é hipossuficiente na demanda, vez que a ré é quem detém todos os documentos necessários para a comprovação do tipo de lesão e do seu grau, sendo a responsável por todo o procedimento administrativo, inclusive a documentação e as informações referentes a cada caso. Para tanto, mais um argumento que não merece respaldo.

Importante ressaltar que o acesso à justiça e o direito de petição são princípios constitucionais, independentes de qualquer esfera administrativa, conforme preceitua o inciso XXXV do art 5º da Constituição Federal:

*XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito*

Além da prestação jurisdicional não estar adstrita à juntada de qualquer documento específico, a parte autora informou, na exordial, a numeração do sinistro do processo administrativo, comprovando sua boa-fé e indicando, para tanto, que a própria demandada reconheceu a existência do sinistro, por si só, o estado de invalidez permanente causada pelo acidente.

A parte autora não se furta a se submeter ao exame no IML, o qual irá comprovar a sua invalidez e a situação efetiva. As sequelas resultantes do acidente irão marcar para sempre seu o corpo, comprometendo a sua saúde e o seu desejo de levar uma vida normal e sem disfunções físicas.

Assim, existem todos os elementos caracterizadores da responsabilidade civil da Ré, pois o acidente foi devidamente comprovado, conforme a ficha de primeiro atendimento, devido á gravidade do acidente a vítima não pode comparecer de imediato a delegacia para Registrar o fato, mais nada impede de ser registrado posteriormente como aconteceu e tanto que a própria seguradora reconheceu e fez o primeiro pagamento administrativamente.

No tocante à correção monetária e aos juros legais, importante salientar que estes devem remontar ao período alegado na peça postulatória inicial, de modo que a parte autora não pode arcar com os prejuízos advindos da não quitação consciente do seguro pela parte ré.

Quanto aos honorários advocatícios, a alegação de que são indevidos no percentual pugnado na exordial também não merece atenção. O pagamento à menor deu causa ao ajuizamento da presente ação, dando ensejo a honorários sucumbenciais, em acordo com a tabela utilizada pela OAB e conforme a legislação pátria determina.

Além disso, diante do conveio existente entre a Seguradora LÍDER e o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco – TJPE, conforme resposta ao ofício nº 005/2015 – CGSRAC, o qual a Seguradora Líder se compromete no custeio com as perícias referente aos processos





judiciais relacionados ao Consórcio do seguro DPVAT, requer que seja designada data para realização de perícia.

À luz do exposto, reitera todos os pedidos formulados na peça inicial, e requer a condenação da parte ré ao pagamento justo de indenização, como bem dito na inicial, além da condenação em honorários de advogado no montante de 20% (vinte por cento), acrescidos de juros e correção monetária desde o evento danoso, conforme súmula 54 do STJ.

Nestes termos, pede deferimento.

Timbaúba, 14 de outubro de 2019.

**EDUARDO HENRIQUE GOMES FERREIRA LIMA.**

**OAB 40.509 PE.**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**1ª Vara da Comarca de Timbaúba**

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000 - F:(81) 36315275

Processo nº **0000585-79.2019.8.17.3480**

AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**DESPACHO**

Recebidos hoje.

Vistos etc.

Inicialmente, rejeito as preliminares arguidas pela parte requerida.

Isso porque entendo que no presente caso, o laudo emitido pelo IML, se torna prescindível considerando que os documentos juntados aos autos não deixam dúvidas acerca da existência do acidente automobilístico e dos danos dele decorrentes. Nesse sentido, também recente julgado:

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA POR AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML. DESNECESSIDADE DO LAUDO DO IML. COMPROVADO O ACIDENTE E O DANO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. Laudo elaborado pelo IML que ateste as lesões sofridas pelo segurado torna-se desnecessário quando, por outros documentos acostados aos autos, se torne possível comprovar a ocorrência do acidente automobilístico e a existência de danos, estes últimos podendo ser mensurados por perícia judicial designada pelo juízo. Recurso provido. Sentença anulada. Decisão unânime. (APELAÇÃO 0118708-16.2016.8.17.2001, Rel. STENIO JOSE DE SOUSA NEIVA COELHO, Gabinete do Des. Stênio José de Sousa Neiva Coêlho (2ª CC), julgado em 20/09/2018, DJe )*



Não houve pagamento administrativo a título de seguro DPVAT, de modo que o que se discute nessa ação é a se perícia realizada administrativamente apurou corretamente a extensão do dano que o acidente causou no autor, de modo a verificar se foi adequada a negativa de indenização, perante as disposições legais pertinentes ao caso. Em razão disso, o depoimento pessoal do autor se mostra imprestável, sendo apenas a perícia médica o meio adequado para essa verificação.

Por sua vez, não há que se falar em ausência de interesse de agir, por falta de comprovação da lesão administrativamente, tendo em vista que consta nos autos (ID nº 48300499) comprovante do efetivo requerimento, tendo a parte autora o direito a receber o valor integral correspondente à extensão das lesões sofridas, a serem apuradas mediante perícia médica..

Defiro a realização de perícia médica.

Para a perícia judicial, nomeio o Dr. Dimas Caiaffo – CRM 20862, que cumprirá o encargo independentemente de termo de compromisso.

Cientifiquem-se as partes dessa nomeação e de que, no prazo de 15 (quinze) dias, incumbe, se for o caso, indicar assistente técnico (devendo informar telefone e e-mail para contato do respectivo assistente) e apresentar quesitos, caso ainda não tenham feito.

Ficam as partes cientes de que os contatos profissionais, o currículo e a documentação do perito se encontram disponíveis para consulta em cartório e poderá ser encaminhado por e-mail se solicitado por telefone à Secretaria (81 3631-5275).

Observado o grau de especialidade e complexidade da perícia, bem como o conteúdo econômico da causa, fixo os honorários em valor certo, na quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais). Suprido o disposto no §2º do art. 465, NCPC, em face de contato telefônico no qual ocorreu a concordância com o valor dos honorários periciais.

Seguindo-se orientação sugerida no Ofício Circular 001/2016 do Comitê Estadual de Conciliação, o depósito dos honorários periciais, por parte da seguradora ré, se dará em até 30 (trinta) dias após a realização da perícia, podendo ser feito mediante depósito judicial ou em conta indicada pelo perito, cujos dados seguem abaixo:

Banco do Brasil  
Ag: 3108-9  
CC: 27919-6  
CPF: 056.846.224-61

Inclua-se na próxima pauta de mutirão para perícia médica/audiência de conciliação, instrução e julgamento a ser realizada no Fórum de Timbaúba nas dependências da 1ª Vara, assim que liberada a agenda em face da pandemia do COVID-19.

Além dos quesitos, porventura, formulados pelas partes, devem ser respondidos, os seguintes questionamentos:

A – Quais foram os danos sofridos pela parte autora em decorrência do sinistro objeto desta demanda? Em qual das categorias da tabela constante do anexo da Lei nº 6.194/72 se enquadram tais danos;

B – Dos danos sofridos pelo(a) periciando(a) resultou debilidade ou deformidade física permanente, ou ainda incapacidade permanente por ele desenvolvido e em que grau?



Fixo o prazo de 30 (trinta) dias da data da perícia para confecção e entrega na Secretaria desta Vara do respectivo laudo avaliatório.

Intimem-se, cientificando-se a parte autora que deverá comparecer munida de todos os exames médicos e que o não comparecimento injustificado à perícia e à audiência de conciliação/instrução e julgamento implicará em renúncia à produção de provas.

Intimem-se.

Timbaúba, 31/03/2020.

**José Gilberto de Sousa - Juiz de Direito**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000

---

1ª Vara da Comarca de Timbaúba  
Processo nº 0000585-79.2019.8.17.3480  
AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 1ª Vara da Comarca de Timbaúba, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 60058296.

TIMBAÚBA, 6 de abril de 2020.

**JOSILENE VIEIRA RODRIGUES**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**1ª Vara da Comarca de Timbaúba**

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000 - F:(81) 36315275

Processo nº **0000585-79.2019.8.17.3480**

AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

## DECISÃO

Recebidos hoje.

Vistos etc.

Diante da impossibilidade de realização de mutirão para perícias nos processos desta natureza em face da pandemia do COVID – 19, bem como da determinação contida no art. 3º do ato conjunto nº 08, de 24/04/2020 do TJPE, que veda a designação de atos presenciais e, ainda, considerando que esta comarca encontra-se na primeira etapa de flexibilização do plano de reabertura gradual das atividades presenciais no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco, suspendo o curso do presente processo até o dia 01/03/2021.

Decorrido o prazo de suspensão e sendo possível a realização de mutirão de perícias sem risco para a saúde das partes envolvidas e respeitando todas as normas estabelecidas pelo TJPE para retomada das atividades presenciais, inclua-se, imediatamente, em pauta para tal fim, nos termos da última decisão exarada nos autos.

Intime-se e após suspenda-se o feito no sistema.

30 de setembro de 2020.

**José Gilberto de Sousa - Juiz de Direito**







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000

---

1ª Vara da Comarca de Timbaúba  
Processo nº 0000585-79.2019.8.17.3480  
AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 1ª Vara da Comarca de Timbaúba, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 68818257.

TIMBAÚBA, 8 de outubro de 2020.

**JOSILENE VIEIRA RODRIGUES**  
Diretoria Cível do 1º Grau







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**1ª Vara da Comarca de Timbaúba**

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000 - F:(81) 36315275

Processo nº **0000585-79.2019.8.17.3480**

AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

## DECISÃO

Recebidos hoje.

Vistos etc.

Diante da impossibilidade de realização de mutirão para perícias nos processos desta natureza em face da pandemia do COVID – 19, bem como da determinação contida no ato conjunto nº 13/2021 do TJPE, que veda a designação de atos presenciais prorrogado pelo ato conjunto nº 16/2021 do TJPE, suspendo o curso do presente processo até o dia 01/07/2021.

Decorrido o prazo de suspensão e sendo possível a realização de mutirão de perícias sem risco para a saúde das partes envolvidas e respeitando todas as normas estabelecidas pelo TJPE para retomada das atividades presenciais, inclua-se, imediatamente, em pauta para tal fim.

Intime-se e após suspenda-se o feito no sistema.

30 de abril de 2021.

**José Gilberto de Sousa - Juiz de Direito**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000

---

1ª Vara da Comarca de Timbaúba  
Processo nº 0000585-79.2019.8.17.3480  
AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 1ª Vara da Comarca de Timbaúba, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 79677001.

TIMBAÚBA, 17 de maio de 2021.

**JOSILENE VIEIRA RODRIGUES**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**1ª Vara da Comarca de Timbaúba**

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000 - F:(81) 36315275

Processo nº **0000585-79.2019.8.17.3480**

AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**DESPACHO**

Recebidos hoje.

Vistos etc.

Diante do baixíssimo número de conciliações realizadas neste tipo de ação, revogo a decisão de ID nº 60058296 apenas no que tange à determinação de designação de audiência de conciliação/instrução e julgamento.

Designo perícia médica para o dia **07/10/2021 às 08:00hs** a ser realizada no Fórum de Timbaúba nas dependências da 1ª Vara.

Proceda-se com a intimação pessoal da parte autora, por se tratar de ato personalíssimo, ressaltando que deverá comparecer no dia e hora designados munida de todos os exames médicos, bem como documentos pessoais e que o não comparecimento injustificado à perícia implicará em renúncia à produção de provas.

Após a juntada do laudo pericial aos autos, intemem-se as partes para se manifestarem no prazo comum de 15 dias.

Por fim, venham-me conclusos para sentença.

Intemem-se. Cumpra-se.

**Despacho com força de mandado.**

Timbaúba, 19/08/2021.



**Ícaro Nobre Fonseca - Juiz de Direito em exercício cumulativo**



# CERTIDÃO

Certifico que dei inteiro cumprimento ao mandado, INTIMANDO o(a) destinatário(a) FABIANA DOS SANTOS da marcação da perícia, através de ligação/mensagem de whatsapp para o número 9 9483 2967, consoante nova redação do art. 246, CPC. O referido é verdade, dou fé.

Timbaúba – PE, 17 de setembro de 2021.

Flávia Andreia Gouveia

Oficial de Justiça Avaliadora

Mat. 180.920-2





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**1ª Vara da Comarca de Timbaúba**

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000 - F:(81) 36315275

Processo nº **0000585-79.2019.8.17.3480**

AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que juntei aos presentes autos laudo médico. O certificado é verdade e dou fé.

Timbaúba, 11 de novembro de 2021

Josilene Vieira Rodrigues

Técnica Judiciária



Nº 0000585-79.2014.8-11-5480

## AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE

[Art. 31º da Lei 11.945 de 04/08/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

### Informações da Vítima

Nome completo: Fabiana dos Santos

CPF: 082.762.614-26

Endereço completo: Rua Bernardino de Souza Monteiro,

nº 33, Alto do Cruzeiro, Timbaúba - PE

### Informações do Acidente

Local: Timbaúba - PE

Data do acidente: 27/01/2019

### Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº 08/10/2021, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na Vara Cível ou JEC da Comarca de

Timbaúba - PE local e data

Fabiana dos Santos  
assinatura da vítima

### Avaliação Médica

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):  Joelho esquerdo

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma. Tratamento extenso + lesão

parcial do tendão Quadriceps, Tratado com cirurgia.

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

( ) Sim (X) Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ( ) disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo, informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima. Amplitude de movimento presen-

vada; sem dores ou de fadiga; Força grau I.

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

( ) Sim, em que prazo:





☒ Não

Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) ☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2) ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

*Joelho Esquerdo* ☒ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

*Timburiá - PE*  
*08/10/21*

Assinatura do médico assistente - CRM

Assinatura do médico perito - CRM

*Dr. Dimas Cataffo*  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 20.862





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000

---

1ª Vara da Comarca de Timbaúba  
Processo nº 0000585-79.2019.8.17.3480  
AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 1ª Vara da Comarca de Timbaúba, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s), conforme segue transcrito abaixo:

***"(...)Após a juntada do laudo pericial aos autos, intinem-se as partes para se manifestarem no prazo comum de 15 dias."***

TIMBAÚBA, 12 de novembro de 2021.

JOSILENE VIEIRA RODRIGUES

Técnica Judiciária



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE TIMBAÚBA-PE.**

**FABIANA DOS SANTOS**, já devidamente qualificado, vem através desta, por seu advogado infra-assinado, na ação que move contra a SEGURADO LÍDER DPVAT, já devidamente qualificada, requerer o que segue:

Vem a parte autora informa que concorda com o laudo médico, requerendo o prosseguimento do feito e que ao final seja julgado procedente esta ação.

Termos em que pede e espera deferimento.

Timbauba-PE, 12 de novembro de 2021.

**EDUARDO HENRIQUE GOMES FERREIRA LIMA.**

**OAB 40.509 PE**



## IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIMBAUBA/PE**

Processo n.º 00005857920198173480

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FABIANA DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, a parte ré informa que para realização de qualquer pagamento administrativo por Seguro DPVAT concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas são submetidas a perícia com o escopo de ser apurado o *quantum* devido em decorrência da lesão suportada.

Frisa-se que aludida verificação realizada na seara administrativa é realizada por profissional imparcial e tecnicamente competente, obedecendo os estritos limites da legislação aplicável, e a conclusão nesta seara foi pela ausência de invalidez permanente, pois não apurada qualquer limitação do seguimento.

Verifica-se clara divergência no que diz respeito à existência de lesão indenizável.

Ocorre que, o perito administrativo, de forma acertada e devidamente embasada, entendeu que os danos suportados pela parte autora não se apresentaram suficientes a acarretar uma invalidez permanente, de forma contrária ao que tenta fazer crer o perito judicial, devendo tal situação ser devidamente considerada por esse d. Juízo.

Destaca-se que não se apresenta plausível a conclusão do n. perito judicial, mormente, por todos os avanços na área da medicina, que oportunizam uma melhora, atenuação, do quadro clínico da parte autora, não se justificando o surgimento tardio de uma invalidez permanente.

Pelo exposto, a parte ré impugna expressamente o laudo pericial produzido, tendo em vista a divergência apontada, requerendo que seja a presente demanda julgada improcedente, e, extinta com fundamento no artigo 487 inciso I do CPC.

#### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

Caso superas as teses de defesa, mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ1.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que por certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta, que é exatamente o caso dos autos.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Dessa forma, na remota hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar o enquadramento da invalidez conforme seguimento corporal acometido, bem como o grau de repercussão indicado pelo expert, em pleno atendimento à Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TIMBAUBA, 23 de novembro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

---

<sup>1</sup> **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”





## JUNTADA HONORÁRIOS PERICIAIS





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIMBAUBA/PE**

Processo n.º 00005857920198173480

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FABIANA DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Juntada.

TIMBAUBA, 1 de dezembro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PE 4246

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





Data de Emissão: 30/11/2021 - Hora: 17:29:53 #10

## Guia para Depósito Justiça Estadual

1ª VIA - DOCUMENTO DE CAIXA

Para obtenção ID Depósito Acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 0877 040 01509776-3	ID Depósito 040087700082111223
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município TIMBAUBA
Vara 01A VARA	Ação de Natureza ( 2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0000585.79.2019.8.17.3480		Tipo de Ação/processo INDENIZATORIA	
Nome do Autor FABIANA DOS SANTOS			CPF/CNPJ 082.762.614-26
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 1	Data de Emissão 22/11/2021	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 200,00
Autenticação mecânica do depósito  CEF0877001191226112021111260720 200,00COM			





Data de Emissão: 30/11/2021 - Hora: 17:29:53 #10

## Guia para Depósito Justiça Estadual

2ª VIA - TRIBUNAL/VARA

Para obtenção ID Depósito Acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 0877 040 01509776-3	ID Depósito 040087700082111223
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município TIMBAUBA
Vara 01A VARA	Ação de Natureza ( 2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0000585.79.2019.8.17.3480		Tipo de Ação/processo INDENIZATORIA	
Nome do Autor FABIANA DOS SANTOS			CPF/CNPJ 082.762.614-26
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 1	Data de Emissão 22/11/2021	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 200,00
Autenticação mecânica do depósito  CEF0877001191226112021111260720 200,00COM			





Data de Emissão: 30/11/2021 - Hora: 17:29:53 #10

## Guia para Depósito Justiça Estadual

3ª VIA - DEPOSITANTE

Para obtenção ID Depósito Acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 0877 040 01509776-3	ID Depósito 040087700082111223
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município TIMBAUBA
Vara 01A VARA	Ação de Natureza ( 2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0000585.79.2019.8.17.3480		Tipo de Ação/processo INDENIZATORIA	
Nome do Autor FABIANA DOS SANTOS		CPF/CNPJ 082.762.614-26	
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04	
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04	
Número da Guia 1	Data de Emissão 22/11/2021	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 200,00
Autenticação mecânica do depósito  CEF0877001191226112021111260720 200,00COM			





## Guia - Ficha de Compensação

			Nº DA CONTA JUDICIAL
			0
Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
	26/11/2021	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	
26/11/2021	040087700082111223	00005857920198173480	
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PE	Vara Cível	RÉU	200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
FABIANA DOS SANTOS		FÍSICA	08276261426
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
CB99E5ABEF7BBE2A			
CÓDIGO DE BARRAS			
10498.39291 94000.100043 13227.348870 2 88410000020000			







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**1ª Vara da Comarca de Timbaúba**

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000 - F:(81) 36315275

Processo nº **0000585-79.2019.8.17.3480**

AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

## SENTENÇA

Recebidos hoje.

Vistos, etc.,

Cuida-se de ação de cobrança ajuizada por Fabiana dos Santos, em face de Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvt S/A, ambos já qualificados nos autos, visando a receber indenização do seguro DPVAT.

Segundo consta na inicial, o requerente foi vítima de acidente de trânsito em 27/01/2019. Aduz que tem direito ao valor integral do seguro DPVAT (R\$ 13.500,00) por ter sofrido debilidade permanente, não tendo recebido nenhuma quantia administrativamente. Requeru, ao final, a procedência do pedido.

Contestação (ID nº 50282919).

Réplica (ID nº 52302286).

Despacho saneador (ID nº 60058296).

Perícia judicial (ID nº 92778430).

Intimadas, as partes se manifestaram sobre o laudo médico (ID nº 92860007 e ID nº 93581388).

### **Relatei. Decido.**

Busca a parte autora receber indenização do seguro DPVAT, em decorrência de acidente de trânsito em que supostamente resultou lesão corporal permanente, no *quantum* integral, ou seja, R\$ 13.500,00.



Foi realizada perícia judicial, a qual concluiu que o dano sofrido pela parte autora era invalidez permanente parcial incompleta, no grau de 10% (dez por cento) referente à perda anatômica/funcional do joelho esquerdo.

Sendo assim, na forma do art. 3º, inc. II, da Lei nº 6.194/74, e observada a tabela de fixação do grau perda, o valor da indenização deverá ser de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) referente à perda anatômica/funcional do joelho esquerdo.

Note-se que a parte autora não recebeu nenhuma quantia administrativamente, devendo receber, portanto, o valor de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Por sua vez, cabível a correção monetária, desde o evento danoso, na forma da Súmula nº 43, do STJ. Também cabíveis juros de mora, na forma da Súmula nº 426, do STJ, de 1% ao mês, a partir da citação do demandado.

Ante o exposto, por sentença, com base no art. 487, inc. I, do CPC, **JULGAR PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO** para condenar a parte ré a pagar indenização do seguro do DPVAT, R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), relativo à indenização devida à parte autora, com correção monetária pela Tabela da Encoge, a partir do evento danoso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação.

**Expeça-se alvará para transferência dos honorários periciais depositados judicialmente (ID nº 51397613) para a conta do perito Dimas Caiaffo (Banco do Brasil - Ag: 3108-9 - CC: 27919-6 - CPF: 056.846.224-61), com a ressalva de que os custos para tal operação deverão ser debitados do valor existente na conta judicial.**

Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este, na razão de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação.

Intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento das custas processuais. Decorrido o prazo sem que haja o pagamento, certifique a secretaria o valor correspondente as custas processuais e a taxa judiciária devidas e expeça-se ofício à Procuradoria Geral do Estado, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

24 de janeiro de 2022.

**José Gilberto de Sousa - Juiz de direito**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000

---

1ª Vara da Comarca de Timbaúba  
Processo nº 0000585-79.2019.8.17.3480  
AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 1ª Vara da Comarca de Timbaúba, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 97383611.

TIMBAÚBA, 7 de fevereiro de 2022.

**JOSILENE VIEIRA RODRIGUES**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**1ª Vara da Comarca de Timbaúba**

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000 - F:(81) 36315275

Processo nº **0000585-79.2019.8.17.3480**

AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

## **CERTIDÃO**

Certifico para os devidos fins de direito que a Sentença prolatada no referido processo transitou em julgado. O certificado é verdade e dou fé.

TIMBAÚBA, 16 de março de 2022

Izelda dos Santos Brito

Chefe de Secretaria





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000

1ª Vara da Comarca de Timbaúba  
Processo nº 0000585-79.2019.8.17.3480  
AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**ALVARÁ PARA TRANSFERÊNCIA DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **1ª Vara da Comarca de Timbaúba, AUTORIZA**, através do presente Alvará, a **TRANSFERÊNCIA**, pelo(a)(s) beneficiário(a)(s), do(s) valor(es) autorizado(s), como descrito no(s) quadro(s) abaixo:

<b>BENEFICIÁRIO</b> (1):	Dimas Caiaffo, CPF 056.846.224-61
<b>VALOR AUTORIZADO:</b>	R\$ 200,00 (duzentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes
<b>DADOS DO DEPÓSITO:</b>	BANCO: Caixa Econômica Federal - 0877 040 01509776-3
<b>DADOS BANCÁRIOS PARA TRANSFERÊNCIA</b> :	Banco do Brasil - Ag: 3108-9 - CC: 27919-6 - CPF: 056.846.224-61

Tudo conforme **DECISÃO/DESPACHO/SENTENÇA** de ID 97383611, dos autos do Processo Judicial Eletrônico (PJe), acima epigrafado: "(Expeça-se alvará para transferência dos honorários periciais depositados judicialmente (ID nº 51397613) para a conta do perito Dimas Caiaffo (Banco do Brasil - Ag: 3108-9 - CC: 27919-6 - CPF: 056.846.224-61), com a ressalva de que os custos para tal operação deverão ser debitados do valor existente na conta judicial. )".

Eu, CARLOS EDUARDO ALVES DE ARAUJO, digitei e submeto à conferência e assinatura o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. TIMBAÚBA, 16 de março de 2022.

<b>Izelda dos Santos Brito</b> Chefe de Secretaria Substituta (Conferido)	<b>José Gilberto de Sousa</b> Juiz(a) de Direito (Assinado eletronicamente)
---	---



---

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjepe.jus.br](http://www.tjepe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjepe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**1ª Vara da Comarca de Timbaúba**

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000 - F:(81) 36315275

Processo nº **0000585-79.2019.8.17.3480**

AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que juntei comprovante de Envio de Email a CEF na presente data. O certificado é verdade e dou fé.

TIMBAÚBA, 18 de março de 2022

Izelda dos Santos Brito

Chefe de Secretaria



Zimbra

carlos.eduardo@tjpe.jus.br

---

**Encaminhamento de Alvará Judicial para cumprimento - Processo nº 0000585-79.2019.8.17.3480**

---

**De :** vara1 timbauba <vara1.timbauba@tjpe.jus.br> Sex, 18 de mar de 2022 13:42  
**Remetente :** carlos eduardo <carlos.eduardo@tjpe.jus.br> 1 anexo  
**Assunto :** Encaminhamento de Alvará Judicial para  
cumprimento - Processo nº 0000585-  
79.2019.8.17.3480  
**Para :** ag0877 <ag0877@caixa.gov.br>

PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE TIMBAÚBA/PE

Processo nº 0000585-79.2019.8.17.3480

Por estas vias e de ordem do Dr. José Gilberto de Sousa, Juiz de Direito da 1ª Vara da  
Comarca de Timbaúba, encaminho em anexo alvará para cumprimento

ATENCIOSAMENTE,

Carlos Eduardo A. de Araújo  
Chefe de Secretaria/Técnico Judiciário  
MAT.181093-6  
FONE:3631-5282

---

 **Alvará (4).pdf**  
41 KB

---





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000

---

1ª Vara da Comarca de Timbaúba  
Processo nº 0000585-79.2019.8.17.3480  
AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**JUNTADA**

Junto aos autos **guia de custas para fins de posterior pagamento**, sob a égide da Lei Estadual 17.116/20, e de acordo com nota técnica nº 001/20021, publicada no DJE nº 49/2021, de 11/03/2021.

TIMBAÚBA, 18 de março de 2022.

Izelda dos Santos Brito  
Diretoria Cível do 1º Grau



<b>BANCO DO BRASIL</b>		001-9	00190.00009 03106.434008 00877.412171 1 89490000031126	
<b>Local Pagamento</b> Pagável em qualquer banco até o vencimento				<b>Vencimento</b> 08/04/2022
<b>Cedente</b> Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Timbaúba				<b>Agência / Código do Cedente</b> 3234 / 354800
<b>Data do Documento</b> 18/03/2022	<b>Nº do documento</b> 877412	<b>Espécie DOC</b> DS	<b>Aceite</b> N	<b>Data Process.</b> 18/03/2022
<b>Uso do Banco</b>	<b>Carteira</b> 17	<b>Espécie</b> R\$	<b>Quantidade</b>	<b>xValor</b>
<b>Instruções</b> - Sr. caixa, não receber após o vencimento. - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento.				<b>(-) Desconto / Abatimento</b>
<b>Natureza da Ação / Incidência:</b> - <b>Nº do Processo:</b> 00005857920198173480 <b>Base de cálculo</b> R\$ 13.500,00 <b>Valor Total</b> R\$ 176,26 <b>Valor Total</b> R\$ 135,00				<b>(-) Outras Deduções</b>
<b>Qtz</b> <b>Descrição</b> 1 Custas 1% sobre Valor da Causa 1 Taxa Judiciária 1%				<b>(+) Juros / Multa</b>
<b>Total</b> R\$ 311,26 <b>Tarifa Banco</b> R\$ 0,00				<b>(-) Outros Acréscimos</b>
				<b>(=) Valor Cobrado</b> R\$ 311,26
<b>Sacado</b> SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104 <b>Sacador / Avalista</b>				

<b>BANCO DO BRASIL</b>		001-9	00190.00009 03106.434008 00877.412171 1 89490000031126	
<b>Local Pagamento</b> Pagável em qualquer banco até o vencimento				<b>Vencimento</b> 08/04/2022
<b>Cedente</b> Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Timbaúba				<b>Agência / Código do Cedente</b> 3234 / 354800
<b>Data do Documento</b> 18/03/2022	<b>Nº do documento</b> 877412	<b>Espécie DOC</b> DS	<b>Aceite</b> N	<b>Data Process.</b> 18/03/2022
<b>Uso do Banco</b>	<b>Carteira</b> 17	<b>Espécie</b> R\$	<b>Quantidade</b>	<b>xValor</b>
<b>Instruções</b> - Sr. caixa, não receber após o vencimento. - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento.				<b>(-) Desconto / Abatimento</b>
<b>Natureza da Ação / Incidência:</b> - <b>Nº do Processo:</b> 00005857920198173480 <b>Base de cálculo</b> R\$ 13.500,00 <b>Valor Total</b> R\$ 176,26 <b>Valor Total</b> R\$ 135,00				<b>(-) Outras Deduções</b>
<b>Qtz</b> <b>Descrição</b> 1 Custas 1% sobre Valor da Causa 1 Taxa Judiciária 1%				<b>(+) Juros / Multa</b>
<b>Total</b> R\$ 311,26 <b>Tarifa Banco</b> R\$ 0,00				<b>(-) Outros Acréscimos</b>
				<b>(=) Valor Cobrado</b> R\$ 311,26
<b>Sacado</b> SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104 <b>Sacador / Avalista</b>				

<b>BANCO DO BRASIL</b>		001-9	00190.00009 03106.434008 00877.412171 1 89490000031126	
<b>Local Pagamento</b> Pagável em qualquer banco até o vencimento				<b>Vencimento</b> 08/04/2022
<b>Cedente</b> Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Timbaúba				<b>Agência / Código do Cedente</b> 3234 / 354800
<b>Data do Documento</b> 18/03/2022	<b>Nº do documento</b> 877412	<b>Espécie DOC</b> DS	<b>Aceite</b> N	<b>Data Process.</b> 18/03/2022
<b>Uso do Banco</b>	<b>Carteira</b> 17	<b>Espécie</b> R\$	<b>Quantidade</b>	<b>xValor</b>
<b>Instruções</b> - Sr. caixa, não receber após o vencimento. - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento.				<b>(-) Desconto / Abatimento</b>
<b>Natureza da Ação / Incidência:</b> - <b>Nº do Processo:</b> 00005857920198173480 <b>Base de cálculo</b> R\$ 13.500,00 <b>Valor Total</b> R\$ 176,26 <b>Valor Total</b> R\$ 135,00				<b>(-) Outras Deduções</b>
<b>Qtz</b> <b>Descrição</b> 1 Custas 1% sobre Valor da Causa 1 Taxa Judiciária 1%				<b>(+) Juros / Multa</b>
<b>Total</b> R\$ 311,26 <b>Tarifa Banco</b> R\$ 0,00				<b>(-) Outros Acréscimos</b>
				<b>(=) Valor Cobrado</b> R\$ 311,26
<b>Sacado</b> SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104 <b>Sacador / Avalista</b>				

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000

---

1ª Vara da Comarca de Timbaúba  
Processo nº 0000585-79.2019.8.17.3480  
AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**ATO ORDINATÓRIO**

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo a parte **autora/ré** da disponibilização, nos autos, da **guia de custas para pagamento, no prazo \_15(quinze) dias, contado da ciência desta intimação, sob pena de incidência da multa de 20% e demais consequências previstas na legislação processual em vigor. (art.22, da Lei Estadual 17.116, de 04 de dezembro de 2020).**

TIMBAÚBA, 18 de março de 2022.

**Izelda dos Santos Brito**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**



## JUNTADA DE LIQUIDAÇÃO





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIMBAUBA/PE**

**PROCESSO: 00005857920198173480**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FABIANA DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação.**

**Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.**

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO 25393-D/PE, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

TIMBAUBA, 28 de março de 2022.

**João Barbosa**  
OAB/PE 4246

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
30225 - OAB/PE

~





## RECEBIMENTO EM QUALQUER AGÊNCIA DA CAIXA

(INSTRUÇÕES: Menu CONTA / DEPÓSITO / ID-JUDICIAL COMUM)



## Guia para Depósito Justiça Estadual

1ª via: Documento de caixa

Para obtenção de ID Depósito acesse:

[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)Agência / Operação /  
Conta  
0877 / 040 / 01510233-3ID Depósito  
040087700102203101Tribunal / UF  
TJ PERNAMBUCO /PEMunicípio  
TIMBAUBA

Vara

01A VARA

Ação de Natureza

(2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária

Ação Tributária

( ) 1 - Estadual 2 - Municipal

Processo

0000585.79.2019.8.17.3480

Tipo de Ação/processo

INDENIZATORIA

Nome do Autor

FABIANA DOS SANTOS

CPF/CNPJ

082.762.614-26

Nome do Réu

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

CPF/CNPJ

09.248.608/0001-04

Nome do Depositante

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

CPF/CNPJ

09.248.608/0001-04

Número da Guia

1

Data de Emissão

10/03/2022

Depósito em

( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque

Valor do Depósito

R\$ 649,13

Autenticação mecânica do depósito

CEF0877001191221032022000000004 649,13COM



## RECEBIMENTO EM QUALQUER AGÊNCIA DA CAIXA

(INSTRUÇÕES: Menu CONTA / DEPÓSITO / ID-JUDICIAL COMUM)



## Guia para Depósito Justiça Estadual

2ª Vara - Tribunal de Justiça	Para obtenção de ID Depósito acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>	Agência / Operação / Conta 0877 / 040 / 01510233-3	ID Depósito 040087700102203101
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO /PE	Município TIMBAUBA
	Vara 01A VARA	Ação de Natureza (2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária	Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
	Processo 0000585.79.2019.8.17.3480	Tipo de Ação/processo INDENIZATORIA	
Nome do Autor FABIANA DOS SANTOS		CPF/CNPJ 082.762.614-26	
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04	
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04	
Número da Guia 1	Data de Emissão 10/03/2022	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 649,13
Autenticação mecânica do depósito CEF0877001191221032022000000004 649,13COM			



## RECEBIMENTO EM QUALQUER AGÊNCIA DA CAIXA

(INSTRUÇÕES: Menu CONTA / DEPÓSITO / ID-JUDICIAL COMUM)



## Guia para Depósito Justiça Estadual

Guia - Depositante

Para obtenção de ID Depósito acesse:

[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)Agência / Operação /  
Conta  
0877 / 040 / 01510233-3ID Depósito  
040087700102203101Tribunal / UF  
TJ PERNAMBUCO /PEMunicípio  
TIMBAUBAVara  
01A VARAAção de Natureza  
(2 ) 1 - Tributária 2 - Não TributáriaAção Tributária  
( ) 1 - Estadual 2 - MunicipalProcesso  
0000585.79.2019.8.17.3480Tipo de Ação/processo  
INDENIZATORIANome do Autor  
FABIANA DOS SANTOSCPF/CNPJ  
082.762.614-26Nome do Réu  
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/ACPF/CNPJ  
09.248.608/0001-04Nome do Depositante  
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/ACPF/CNPJ  
09.248.608/0001-04Número da Guia  
1Data de Emissão  
10/03/2022Depósito em  
( ) 1 - Dinheiro 2 - ChequeValor do Depósito  
R\$ 649,13

## Autenticação mecânica do depósito

CEF0877001191221032022000000004 649,13COM





## Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 337,50
Indexador e metodologia de cálculo	ENCOGE (XI ENCONTRO) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Dezembro/2018 a Fevereiro/2022
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	16/08/2019 a 08/03/2022
Honorários (%)	20 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	1158 dias	1,223510
Percentual correspondente	1158 dias	22,351027 %
Valor corrigido para 01/02/2022	(=)	R\$ 412,93
Juros(935 dias-31,00000%)	(+)	R\$ 128,01
Sub Total	(=)	R\$ 540,94
Honorários (20%)	(+)	R\$ 108,19
<b>Valor total</b>	<b>(=)</b>	<b>R\$ 649,13</b>

[Retornar](#) [Imprimir](#)





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**1ª Vara da Comarca de Timbaúba**

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000 - F:(81) 36315275

Processo nº **0000585-79.2019.8.17.3480**

AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que juntei aos presentes autos email + comprovante da CEF. O certificado é verdade e dou fé.

TIMBAÚBA, 28 de março de 2022

Josilene Vieira Rodrigues

Técnica Judiciária



Zimbra

josilene.rodrigues@tjpe.jus.br

---

**Fwd: PROC. 0000585-79.2019.8.17.3480**

---

**De :** vara1 timbauba <vara1.timbauba@tjpe.jus.br> Seg, 21 de mar de 2022 12:40  
**Remetente :** izelda santos <izelda.santos@tjpe.jus.br> 1 anexo  
**Assunto :** Fwd: PROC. 0000585-79.2019.8.17.3480  
**Para :** Carlos Eduardo Alves De Araujo  
<carlos.eduardo@tjpe.jus.br>, Josilene Vieira  
Rodrigues <josilene.rodrigues@tjpe.jus.br>

PARA JUNTAR

---

**De:** "ag0877" <ag0877@caixa.gov.br>  
**Para:** "1 Vara de Timbauba, Mail In" <vara1.timbauba@tjpe.jus.br>  
**Enviadas:** Segunda-feira, 21 de março de 2022 12:12:18  
**Assunto:** PROC. 0000585-79.2019.8.17.3480

Agência Timbaúba  
Praça Carlos Lira – 57  
Centro  
Timbaúba - PE

Ofício nº 62/2022/AGÊNCIA TIMBAÚBA

Timbaúba, 21 de março de 2022

A Sua Excelência o Senhor  
José Gilberto de Sousa  
Juiz de Direito  
Rua Severino Ribeiro Alves – 106 Barro  
55.870-000 – Timbaúba - PE



: Processo nº 0000585-79.2019.8.17.3480

1 Em atendimento ao Ofício ID nº 101182369 de 16/03/2022, informamos que efetuamos o levantamento do valor de R\$ 203,41 (Duzentos e três reais e quarenta e um centavos), constante na conta judicial nº 0877/040/01509884-0 (conta de origem: 0877/040/01509776-3), e transferimos para a conta do beneficiário: DIMAS CAIAFFO, conforme comprovantes em anexo.

Atenciosamente,

PLÁCIDO VICENTE DE LIMA  
Técnico Bancário Novo  
Agência Timbaúba

JAILSON RIBEIRO VIANA JUNIOR  
Gerente Geral  
Agência Timbaúba





## INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL: Esta mensagem, incluindo anexos, contém informações confidenciais. O uso, divulgação, distribuição e/ou cópia não autorizados são estritamente proibidos e sujeitos às penalidades legais cabíveis. Caso esta mensagem tenha sido encaminhada indevidamente para você ou se houver necessidade de esclarecimento adicional, favor contatar o remetente. ##

---

 **compr proc 585 79.pdf**  
157 KB

---



CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
0877 - TIMBAUBA, PE  
DATA: 18/03/2022  
TERMINAL: 1103

HORA: 16:29:25

RELATORIO SINTETICO DE LEVANTAMENTO  
DE CONTAS JUDICIAIS

CONTAS JUDICIAIS LEVANTADAS VALOR LEVANTADO  
0877.040.01509884-0 203,41

VALOR TOTAL LEVANTADO 203,41

VALOR TOTAL IRRF 0,00  
VALOR TOTAL PSS 0,00  
DEMAIS CREDITOS VINCULADOS 203,41  
VALOR EM ESPECIE 0,00

1ª Via - Via Cliente

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

DATA: 18/03/2022  
TERMINAL: 1103

HORA: 16:28:36  
NSU: 001346

RECIBO DE ENVIO DE TED - AGENCIA 0877/PE  
TED - PAG0151/STR0051

REMETENTE:  
BANCO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
AG: 0877 OP: 040 CONTA-DV DEBITO: 01509884-0  
TELEFONE: 81 - 3631-5350

NUMERO PROCESSO JUDICIAL:  
0000000000005857920198173480  
CODIGO DO TRIBUNAL:  
NAD INFORMADO  
NOME DO TRIBUNAL:  
TJ PERNAMBUCO

DESTINATARIO:  
INSTITUICAO FINANCEIRA:  
BCO DO BRASIL S.A.  
AG: 3108 CONTA-DV: 00000027919-6

TIPO DE CONTA: Conta Corrente  
TIPO DE PESSOA: Fisica

NOME: DIMAS CAIOFFO  
CPF ou CNPJ: 056.846.224-61

HISTORICO: ALVARA JUDICIAL

VALOR DA TED : 203,41

TARIFA DA TED : 0,00

TOTAL : 203,41

AUTENTICACAO  
CEF08771803220730720001346 203,41RD1103

A CAIXA NAO SERA RESPONSAVEL PELA DEMORA OU NAO  
CUMPRIMENTO DA TRANSFERENCIA EM DECORRENCIA  
DE INFORMACOES INCORRETAS.

Informacoes, reclamacoes, sugestoes e elogios  
SAC CAIXA 0800 726 0101  
Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474  
www.caixa.gov.br



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE TIMBAÚBA-PE.**

**FABIANA DOS SANTOS**, já devidamente qualificado, vem através desta, por seu advogado infra-assinado, na ação que move contra a SEGURADO LÍDER DPVAT, já devidamente qualificada, vem informa que concorda com os valores depositados, requerendo a expedição dos alvarás.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Timbaúba-PE, 07 de abril de 2022.

**EDUARDO HENRIQUE GOMES FERREIRA LIMA.**

**OAB 40.509 PE**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**1ª Vara da Comarca de Timbaúba**

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000 - F:(81) 36315275

Processo nº **0000585-79.2019.8.17.3480**

AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

## DECISÃO

Recebidos hoje.

Vistos etc.

Compulsando os autos, observo que a parte demandada depositou espontaneamente em juízo os valores referentes à condenação imposta na sentença prolatada por este juízo (ID 102017441).

Por outro lado, a parte autora pugnou pela expedição de alvará para levantamento da importância depositada (ID 102819544).

Assim sendo, defiro o pedido de expedição de alvará para levantamento da importância depositada no ID 102017441, nos termos do pedido de ID 102819544.

### **Expeça-se o alvará nos termos do requerimento.**

Intime-se, ainda, a parte requerida para efetuar o pagamento das custas processuais conforme determinação constante na sentença e guia de custas constante no ID 101409473. Decorrido o prazo sem que haja o pagamento, certifique a secretaria o valor correspondente as custas processuais e a taxa judiciária devidas e expeça-se ofício à Procuradoria Geral do Estado, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Após, archive-se os autos com as cautelas estilares.

Timbaúba, 11 de abril de 2022.



**Mariana Zenaide Teófilo Gadelha –Juíza de Direito em exercício cumulativo**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000

1ª Vara da Comarca de Timbaúba  
Processo nº 0000585-79.2019.8.17.3480  
AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **1ª Vara da Comarca de Timbaúba**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001): FABIANA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, do lar, inscrita no CPF sob o nº082.762.614-26.  
**VALOR AUTORIZADO: R\$ 540,94** (quinhentos e quarenta reais e noventa e quatro centavos), com juros e correção monetária porventura existentes.  
**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/AGÊNCIA/OPERAÇÃO/CONTA: 0877 040 01510233-3 ou ID DA TRANSFERÊNCIA: 040087700102203101**

Tudo conforme **DESPACHO** de ID 103034971, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado:  
*"(...) Assim sendo, defiro o pedido de expedição de alvará para levantamento da importância depositada no ID 102017441, nos termos do pedido de ID 102819544. Expeça-se o alvará nos termos do requerimento. (...)".*

Eu, JOSILENE VIEIRA RODRIGUES, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. TIMBAÚBA, 13 de abril de 2022.

**CARLOS EDUARDO ALVES DE ARAÚJO**  
*Diretor de Secretaria*  
(Assina do eletronicamente)

**MARIANA ZENAIDE TEÓFILO GADELHA**  
*Juiz(a) de Direito*  
(Assinado eletronicamente)

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Primeira Vara da Comarca de Timbaúba

Fórum Irajá D'Almeida Lins - R SEVERINO RIBEIRO ALVES, 106 - Bairro Barro  
Timbaúba/PE CEP: 55870000 Telefone: / - E-mail: - Fax:

1ª Vara da Comarca de Timbaúba  
Processo nº 0000585-79.2019.8.17.3480  
AUTOR: FABIANA DOS SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

### ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **1ª Vara da Comarca de Timbaúba**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001):** EDUARDO HENRIQUE GOMES FERREIRA LIMA  
OAB/PE:40.509.

**VALOR AUTORIZADO: R\$ 108,19** (cento e oito reais e dezenove centavos), **com juros e correção monetária porventura existentes.**

#### DADOS DO DEPÓSITO:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/AGÊNCIA/OPERAÇÃO/CONTA: **0877 040 01510233-3** ou ID DA TRANSFERÊNCIA: **040087700102203101**

Tudo conforme **DESPACHO** de ID **103034971**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado: "(...) Assim sendo, defiro o pedido de expedição de alvará para levantamento da importância depositada no ID 102017441, nos termos do pedido de ID 102819544. **Expeça-se o alvará nos termos do requerimento. (...)**".

Eu, JOSILENE VIEIRA RODRIGUES, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé.

TIMBAÚBA, 13 de abril de 2022.

**MARIANA ZENAIDE TEÓFILO GADELHA**  
**Juiz(a) de Direito**  
**(Assinado eletronicamente)**

